



EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.064.038.845,92

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 2024

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Embasa, ao fornecer água tratada de qualidade e realizar o esgotamento sanitário, gera benefícios sociais e ambientais significativos em 368 municípios, promovendo saúde, qualidade de vida, desenvolvimento econômico e social, além da conservação ambiental no Estado da Bahia.

Em 2024, alcançamos importantes conquistas, como resultados financeiros recordes e prêmios que destacam nossa liderança em áreas como relacionamento com o cliente, comunicação e inovação. Fomos reconhecidos no Prêmio ClienteSA, realizado em São Paulo; no GRI Infra Awards Brazil 2024, que destacou nossos projetos sustentáveis; no Prêmio Nacional Universalizar, promovido pela AESBE (Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Saneamento); e no Prêmio Life-ray Customer, na categoria Projeto Inovador do Ano.

Os resultados financeiros recordes, fruto dos esforços da Governança, dos seus colaboradores e demais partes interessadas, refletem a robustez econômica e operacional da companhia, que, em 2024, foi reconhecida como líder no segmento de "água, saneamento e serviços ambientais" nas regiões Norte e Nordeste, segundo o Prêmio Valor 1000, do Jornal Valor Econômico. A geração de caixa operacional tem mostrado crescimento constante nos últimos anos. Em 2024, o EBITDA atingiu R\$ 1,27 bilhão, um aumento de 11% em relação ao registrado em 2023. O lucro líquido da companhia alcançou um valor recorde de R\$ 1,00 bilhão, com um crescimento de 16% em compa-

ração ao ano anterior e o dobro do valor registrado em 2022. Esse desempenho também impulsionou a Margem Líquida para 21,34%, superando os 20,91% registrados em 2023.

A Embasa, em sua busca constante pela melhoria e pela consolidação da universalização de seus serviços, investiu R\$ 643,4 milhões em obras de implantação, ampliação e melhorias no abastecimento de água. Deste total, R\$ 472,5 milhões foram direcionados à ampliação e implantação de novos sistemas, R\$ 113,1 milhões à modernização e melhorias dos sistemas existentes, e R\$ 57,7 milhões ao combate de perdas. Os investimentos em esgotamento sanitário totalizaram R\$ 439,3 milhões, com R\$ 313,2 milhões destinados às obras de expansão, incluindo ampliação, instalação de novos sistemas e adensamento dos sistemas de esgoto. Esses investimentos, que visam a universalização do saneamento no Estado da Bahia, serão ampliados nos próximos anos com o apoio do recém-lançado Programa Cidade Viva, que tem como objetivo captar recursos para novos investimentos no setor.

Além dos aspectos operacionais, a empresa reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento de seus empregados como parte fundamental de sua estratégia de crescimento e fortalecimento institucional. Para alcançar esse objetivo, foi autorizada a contratação de uma consultoria especializada para realizar uma revisão no Plano de Cargos, Salários e Carreiras da Embasa, garantindo que a estrutura organizacional esteja alinhada com as necessidades do mercado e as metas de longo prazo da empresa. Esse processo é essencial para promo-

ver uma gestão de pessoas mais eficiente, transparente e motivadora, contribuindo para o aprimoramento contínuo das competências dos colaboradores e o aumento do engajamento.

Além disso, a empresa deu início ao processo de diagnóstico da cultura organizacional. Com a análise das práticas e comportamentos que regem o ambiente corporativo, será possível identificar pontos de melhoria na comunicação interna, nos valores compartilhados e nas relações interpessoais. O resultado será uma cultura mais sólida, que incentive a inovação, o trabalho em equipe e o compromisso com os objetivos da empresa, refletindo diretamente na qualidade do ambiente de trabalho e no desempenho organizacional. Assim, a empresa se prepara para um ano de grandes transformações, com a confiança de que seus colaboradores estarão sempre no centro de seu sucesso.

Agradecemos aos nossos colaboradores, acionistas, titulares, investidores e agências reguladoras pela confiança depositada nesta companhia; aos nossos fornecedores, pela parceria sólida; e aos nossos clientes, por nos impulsionarem na busca constante pela excelência. Reconhecemos e valorizamos o esforço, a dedicação e o compromisso de todos para alcançarmos, juntos, os resultados conquistados. A tenacidade, resiliência e perseverança diante dos desafios foram essenciais para o nosso sucesso.

A todos, nossos mais sinceros agradecimentos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024		31/12/2023		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2024		31/12/2023	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	739.692	831.349			Arrendamento mercantil		5.366	25.888		
Aplicações financeiras	9	749.380	380.961			Fornecedores	15	278.528	240.809		
Recursos vinculados	10	127.574	43.230			Empréstimos e financiamentos	16	64.453	61.398		
Contas a receber de clientes	11	700.436	676.729			Debêntures	16	36.428	2.080		
Estoques		22.487	17.063			Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	83.939	74.665		
Impostos a recuperar	17.a	5.932	14.880			Contribuição social a recolher		5.995	19.597		
Outras contas a receber		33.852	42.710			Salários e férias a pagar		76.929	63.224		
		2.379.353	2.006.922			Provisão para perdas em processos judiciais	18.a	208.088	203.609		
						Provisão para participação de empregados no resultado	31	44.202	48.502		
Não circulante						Convênios a comprovar	19	1.239	12.332		
Contas a receber de clientes	11	133.439	127.878			Passivo financeiro a pagar - PPP	20	21.932	22.439		
Depósitos judiciais	18.c	448.393	503.185			Precatórios a pagar	21	137.161	92.165		
Impostos a recuperar	17.a	151.868	105.131			Outras contas a pagar		80.131	102.808		
Outras contas a receber		150.416	127.937					1.044.391	969.516		
Ativo fiscal diferido	30.b	98.847	86.910			Não circulante					
Investimentos		108	108			Arrendamento mercantil		-	1.945		
Ativo de contrato	14	2.541.617	2.681.901			Empréstimos e financiamentos	16	443.790	382.719		
Imobilizado	12	122.344	81.312			Debêntures	16	484.187	503.414		
Intangível	13	5.825.326	4.992.935			Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	922.753	757.425		
		9.472.358	8.707.297			Provisão para perdas em processos judiciais	18.a	125.976	164.974		
						Passivo financeiro a pagar PPP	20	-	19.794		
						Reinvestimento SUDENE		-	3.659		
						Convênios a comprovar	19	-	85.290		
						Precatórios a pagar	21	2.677	3.232		
						Benefícios a empregados	22	556.679	786.616		
						Outras contas a pagar		360	360		
								2.536.422	2.709.428		
						Patrimônio líquido					
						Capital social	25.a	5.064.038	4.957.122		
						Reservas de capital	25.b	16.907	41.897		
						Reservas de lucros	25.c	3.721.777	2.768.044		
						Ações em tesouraria		(1.111)	(1.111)		
						Reserva de reavaliação	25.d	118.221	122.124		
						Ajustes de avaliação patrimonial	25.e	(648.934)	(852.801)		
								8.270.898	7.035.275		
Total do ativo		11.851.711	10.714.219			Total do passivo e patrimônio líquido		11.851.711	10.714.219		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional		4.720.790	4.151.462
Receita de construção	26	1.011.168	881.990
Receita operacional líquida	26	5.731.958	5.033.452
Serviços prestados	27	(2.579.064)	(2.629.201)
Custo de construção	27	(1.011.168)	(881.990)
Custo dos serviços prestados	27	(3.590.232)	(3.511.191)
		2.141.726	1.522.261
Lucro bruto			
Despesas gerais e administrativas	27	(503.942)	(379.553)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	27	(61.411)	(33.840)
Despesas comerciais	27	(561.022)	(260.653)
Outras despesas operacionais, líquidas	28	(15.214)	(12.954)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		1.000.137	835.261
Receitas financeiras	29	283.093	214.778
Despesas financeiras	29	(177.662)	(98.271)
Resultado financeiro, líquido	29	105.431	116.507
		1.105.568	951.768
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social - corrente	30	(109.641)	(97.037)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	30	11.551	13.376
Imposto de renda e contribuição social		(98.090)	(83.661)
		1.007.478	868.107
Lucro líquido do exercício			
		1.007.478	868.107
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)		1,41	1,25

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		868.107	477.770
Outros resultados abrangentes, líquidos de contribuição social			
Ganhos e Perdas Atuariais Plano de Saúde	25.e	210.901	(412.671)
Ganhos e Perdas Atuariais Plano de Previdência	25.e	(7.034)	8.509
Resultado abrangente total		1.211.345	463.945

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	6.148.670	5.417.990
Água, esgoto e serviços	5.198.913	4.569.840
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes	(61.411)	(33.840)
Outras receitas	1.011.168	881.990
Insumos adquiridos de terceiros	(3.356.704)	(2.838.982)
Materiais consumidos	(369.524)	(337.112)
Material, energia, serviços de terceiros e outros	(2.702.173)	(2.274.199)
Perda/recuperação de valores ativos	(285.007)	(227.671)
Valor adicionado bruto	2.791.966	2.579.008
Depreciação e amortização	(265.918)	(303.343)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	2.526.048	2.275.665
Valor adicionado recebido em transferência	283.818	215.049
Receitas financeiras	283.093	214.778
Aluguéis	725	271
Valor adicionado total a distribuir	2.809.866	2.490.714
Distribuição do valor adicionado	2.809.866	2.490.714
Pessoal	869.438	856.303
Remuneração direta	491.042	457.851
Benefícios	333.310	335.594
FCTS	45.086	62.858
Impostos, taxas e contribuições	733.006	643.841
Federais	730.205	642.012
Estaduais	1.566	1.082
Municipais	1.235	747
Remuneração de capitais de terceiros	199.944	122.463
Juros	177.662	98.271
Aluguéis	22.282	24.192
Remuneração de capitais próprios	1.007.478	868.107
Lucro líquido do exercício	1.007.478	868.107

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.007.478	868.107
Ajustes para:		
Amortização	258.253	297.237
Depreciação	7.665	6.106
Variações monetárias e cambiais e juros de ativos e passivos	(16.337)	(67.180)
Rendimento de aplicações financeiras	(11.416)	(3.987)
Custo Serviço e recuperação despesa Plano Saúde e Previdenciário	(26.071)	(52.380)
Resultado da baixa de ativo imobilizado	672	75
Provisão para perdas em processos judiciais, líquido	(30.105)	30.453
Provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes, líquido	61.411	33.840
Provisão para participação de empregados - PPR	52.175	43.377
Perdas em processos judiciais	3.502	12.289
Precatórios a pagar	131.340	69.604
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(15.596)	(15.670)
Despesa FMSB	360	11.283
Reversão provisão tributária	-	(152.062)
Baixas regularização de conta	(372)	(2.685)
	1.422.959	1.078.407
Variações em:		
Contas a receber de clientes	16.191	(65.124)
Estoques	(5.424)	13.384
Impostos a recuperar	(36.837)	(65.693)
Outras contas a receber	8.858	13.861
Depósitos judiciais	(20.975)	16.631
Despesas Antecipadas	(22.479)	(6.678)
Fornecedores	(60.687)	(29.066)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	161.044	157.009
Precatórios a pagar	(11.590)	(558)
Salários e férias a pagar	13.705	468
Passivo financeiro a pagar - PPP	(25.834)	(26.073)
Reinvestimento SUDENE	-	175
Participação de empregados	(56.475)	(43.377)
Convênios a comprovar	256	383
Outras contas a pagar	1.348	(15.266)
	1.384.060	1.028.483
Juros pagos	(98.275)	(56.327)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.285.785	972.156
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recursos vinculados e aplicações financeiras	(441.347)	(368.266)
Adições ao ativo imobilizado	(51.615)	(11.782)
Adições ao ativo de contrato	(880.744)	(790.051)
Adições ao ativo intangível	(54.050)	(30.751)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.427.556)	(1.200.850)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	122.198	588.406
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(63.971)	(55.368)
Recursos/subvenções para obras	14.586	25.035
Arrendamento mercantil	(22.466)	(19.823)
Dividendos pagos aos minoritários	(3)	(70)
Caixa líquido proveniente/aplicado das atividades de financiamento	50.314	538.180
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(91.657)	309.486
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	831.349	521.863
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	739.692	831.349
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(91.657)	309.486



EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.064.038.845,92

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM MILHARES DE REAIS)

	Reservas de capital			Reservas de lucros				Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) líquidos acumulados	Total	
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Auxílio para obras	Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para investimentos	Reserva especial para dividendos obrigatórios					Ações em tesouraria
Saldo em 01 de janeiro de 2023	4.957.122	24.916	16.981	301.397	105.726	1.520.421	-	(1.111)	145.322	(448.639)	-	6.622.135
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	868.107	868.107
Outros resultados abrangentes:												
Ganhos (perdas) atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.509	-	8.509
Ganhos (perdas) atuariais com plano de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(412.671)	-	(412.671)
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(404.162)	-	(404.162)
Contribuição e distribuições para os acionistas												
Aumento de capital com:												
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Auxílio para obras recebidos (ajuste convênios)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação, líquido de tributos	-	-	-	-	-	-	-	(23.198)	-	-	23.198	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	44.566	-	-	-	-	-	(44.566)	-
Constituição de reserva para investimentos	-	-	-	-	-	795.934	-	-	-	-	(795.934)	-
Dividendos propostos aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.805)	(50.805)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.957.122	24.916	16.981	301.397	150.292	2.316.355	-	(1.111)	122.124	(852.801)	-	7.035.275
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.007.478	1.007.478
Outros resultados abrangentes:												
Ganhos (perdas) atuariais com plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.034)	-	(7.034)
Ganhos (perdas) atuariais com plano de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	210.901	-	210.901
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	203.867	-	203.867
Contribuição e distribuições para os acionistas												
Aumento de capital com:												
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.916	(24.916)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	82.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82.000
Auxílio para obras recebidos (ajustes convênios)	-	-	(74)	-	-	-	-	-	-	-	-	(74)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação, líquido de tributos	-	-	-	-	-	-	-	(3.903)	-	-	3.903	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	50.569	-	-	-	-	-	(50.569)	-
Constituição de reserva para investimentos	-	-	-	-	-	903.164	-	-	-	-	(903.164)	-
Dividendos Estatutários propostos aos acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.648)	(57.648)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.064.038	-	16.907	301.397	200.861	3.219.519	-	(1.111)	118.221	(648.934)	-	8.270.898

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA ("Embasa" ou "Companhia"), Sociedade de economia mista com Sede em Salvador, Bahia, constituída pela Lei Estadual nº 2.929/71, vinculada à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento - SIHS, empresa Estatal não dependente, tem como objeto social, por outorga do Estado e delegação dos seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico de captação, tratamento e distribuição de água, bem como coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da realização de estudos, projetos e execução de obras de implantação, ampliação e melhorias em abastecimento de água e esgotamento sanitário na sua área de atuação no Estado da Bahia.

A Companhia opera:

(i) 463 sistemas de abastecimento de água (185 integrados e 278 locais) em 368 municípios (88,2% dos municípios do Estado da Bahia). Possui 4,3 milhões de ligações existentes de água, atendendo aproximadamente cerca de 9,97 milhões de pessoas. O índice de atendimento da população urbana para o abastecimento de água está em 97,8%, considerando as populações estimadas pelo IBGE e informadas pelo SINISA;

(ii) 152 sistemas de esgotamento sanitário (13 integrados e 139 locais) em 118 municípios (28,3% dos municípios do Estado da Bahia). Possui 1,7 milhão de ligações existentes de esgoto, atendendo cerca de 4,69 milhões de pessoas. O índice de atendimento da população urbana com esgotamento sanitário está em 50,4%, considerando as populações estimadas pelo IBGE e informadas pelo SINISA.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 344 contratos/convênios em vigor que representam 98% da receita operacional líquida e 25 contratos vencidos ou operações sem contrato que representam 2% da receita operacional líquida, conforme demonstrado na tabela abaixo. Dentro da vigência do decreto federal 11.466/2023, a Companhia formalizou a relação jurídica com 42 municípios, incorporado as metas do novo marco legal do saneamento com vigência máxima até 2033, conforme previsão no referido decreto.

A Prestação de serviços com fundamento no Termo de Acordo firmado entre Município de Salvador e Governo do Estado da Bahia, de 26 de maio de 1925, que teve como finalidade transferir ao Estado a execução, regulação e fiscalização dos serviços de água e esgoto do Município da capital baiana, ratificado em 05 de junho de 1929 por outro Termo de Acordo que conferia mandato pleno ou autorização para contratar, executar ou fazer executar quaisquer obras relativas aos serviços de água e esgoto, por prazo indeterminado, instrumento válido à luz das regras jurídicas então vigente, que foi recepcionado pela ordem jurídica atual como delegação direta. Essa relação jurídica foi ainda confirmada através de diversos atos, a exemplo de: 27 de dezembro de 2006 – Contratação de PPP para operar no Município de Salvador; 15 de maio de 2008 – Subscrição de TC junto ao Ministério das Cidades; 22 de dezembro de 2009 – Celebração do Convênio de Cooperação entre entes federados onde autoriza, entre outras providências, a gestão associada de serviços; 31 de maio de 2011 - Lei Municipal nº 7.981/2011, que aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico, autoriza celebração de contrato de programa, institui o FMSB, entre outras providências. 1º de junho de 2011 - Publicação do plano municipal de saneamento básico, compreendendo os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos termos da Lei municipal nº 7.981/2011. Sendo assim, o Termo de Acordo de 1925, ratificado pelo Termo de Acordo de 1929, foi admitido pela ordem jurídica vigente com a natureza de convênio de cooperação interfederativa, e recepcionado como instrumento congênera a um contrato, configurando um ato jurídico perfeito, pois é válido, eficaz e vigente. Em 2022, a Procuradoria Geral do Estado da Bahia se manifestou favorável ao fundamento jurídico exposto acima acerca da regularidade jurídica da operação de Salvador pela EMBASA. Com o advento do Decreto federal nº 11.598/2023 e da interpretação da Norma de Referência nº 002/2021-ANA instituída através da resolução 106/2021, o Termo de Acordo de 1925 pode integrar o rol de vínculos objeto da comprovação da capacidade econômico-financeira da EMBASA e incorporar as metas de universalização de acordo com o art. 11 da Lei federal nº 11.445/2007.

Em março de 2024, cumprindo o rito do Decreto 11.598 de 2023 o qual revogou o Decreto 11.466/2023, a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (Agersa) publicou no Diário Oficial do Estado da Bahia a aprovação da comprovação da capacidade econômica e financeira da Companhia de 100% dos contratos vigentes (344). A Companhia também comprovou junto à Agersa a sua capacidade de captar recursos para a realização dos investimentos necessários visando ao atingimento das metas de universalização estabelecidas pela legislação atual do saneamento, nos municípios de sua área de atuação.

Situação regulatória da embasa	Qtd	% ROL	% EBITDA	Intangível/Ativo de contrato (R\$)
Contrato de concessão/programa (*)	301	58,77%	57,03%	4.856.024
Instrumento de regularização (**)	42	6,11%	5,59%	599.096
Instrumento Congênera (***)	1	33,03%	36,27%	1.963.179
Subtotal	344	97,91%	98,89%	7.418.299
Contratos vencidos	22	2,06%	1,13%	199.122
Operação sem contrato (****)	3	0,03%	-0,02%	497
Subtotal	25	2,09%	1,11%	199.619
Total	369	100,00%	100%	7.617.918

Posição em 31/12/2024 – Fonte: ERP SAP.

(*) Art. 11-B Lei 11.445/2007 alterada pela 14.046/2020

(**) Art 1º, parágrafo 2º, Decreto 11.466/2023.

(***) Art. 11-B Lei 11.445/2007 alterada pela 14.026/2020, Art. 1º da Resolução da ANA 192 de 08/05/2024 (Norma de Referência 008/2024) e Art. 2º Decreto Federal 11.598/2023

(****) Art. 11-B, parágrafo 08º, da Lei 11.445/2007 alterada pela 14.026/2020.

Existem ativos alocados em áreas administrativas no total de R\$ 766.262 que não estão diretamente vinculados aos contratos.

Vencimento	QTD	% ROL 2024	% EBITDA 2024
Até 2033	42	8,20%	6,69%
De 2033 até 2043	85	16,49%	15,24%
Acima de 2043	217	75,31%	78,07%
Subtotal	344	100,00%	100,00%

O Novo Marco Legal de Saneamento instituído através da Lei nº 14.026/2020 que alterou a Lei 11.445/2007, vedou a possibilidade de formalização de novos contratos de programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme artigo nº 10



Assinado Digitalmente por: EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130 - Em: 31/03/2025

Certificado emitido por: CN=AC DIGITALSIGN RFB G3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://atarde.com.br/validator-iti> caso deseje validar a assinatura!

da referida Lei, entre titulares e as empresas públicas estatais, obrigando quando do encerramento dos contratos existentes em vigor a realização de licitações que permita a ampla concorrência entre os prestatadores, representando portanto, um fator de risco estratégico voltado à contratualização.

Como parte do plano de captação de recursos para fazer frente aos desafios do Novo Marco Legal do Saneamento, a Embasa está em avançada fase de contratação de R\$ 2,7 bilhões assim divididos:

- No âmbito do Novo Programa de aceleração do crescimento – Novo PAC, o Ministério das Cidades publicou as Portarias 768/2024 e 769/2024 com a informação de seleção dos empreendimentos de água e esgoto, respectivamente. Assim, para serem executados pela Embasa, foram selecionados 17 empreendimentos, beneficiando 25 municípios e mais de 800 mil pessoas, no total de R\$ 1,4 bilhão a ser investido. Desse total, R\$ 534, já contratados, são oriundos do Orçamento Geral da União – OGU e serão destinados para 10 empreendimentos, sendo 5 de abastecimento de água e 5 de esgotamento sanitário.

Empreendimentos/Município	Serviço	Recurso OGU
SIAA/Miguel Calmon-Pritiba-Mundo Novo e Mairi	Água	R\$17
SIAA/Uauá	Água	R\$68
SAA/Tanhaguá	Água	R\$39
SIAA/Serrolândia-Jacobina-Várzea do Poço e Miguel Calmon	Água	R\$15
SAA/Iequié	Água	R\$59
SES/Barrocas	Esgoto	R\$55
SES/Brejolândia	Esgoto	R\$19
SES/Caldas do Jorro	Esgoto	R\$95
SES/Cicero Dantas	Esgoto	R\$97
SES/Iaçua	Esgoto	R\$70
TOTAL		R\$ 534

- Ainda no âmbito do Novo Programa de aceleração do crescimento – Novo PAC, do valor total destinado, R\$ 819 milhões são oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e serão destinados para 7 empreendimentos, sendo 2 de abastecimentos de água e 5 de esgotamento sanitário. O recurso será viabilizado pela Caixa Econômica Federal e a Embasa ficará responsável pela contrapartida de 5% do montante.

Empreendimentos/Município	Serviço	Total (Financiado + Contrapartida)
SIAA/Ipiatã-Itagibá/Ibitaitaia	Água	R\$67
SIAA/Santaluz-Queimadas	Água	R\$102
SES/Caelité	Esgoto	R\$131
SES/Inhambupe	Esgoto	R\$83
SES/Livramento de Nossa Senhora	Esgoto	R\$133
SES/Nazaré	Esgoto	R\$129
SES/Rio Real	Esgoto	R\$174
TOTAL		R\$819

- Disponibilidade de crédito no Banco do Nordeste de R\$ 436 milhões com recursos do Fundo Nacional do Nordeste (FNE) e contrapartida da Embasa de até 20% do valor disponibilizado pelo Banco, para empreendimentos de esgotamento sanitário em 3 municípios (Ribeira do Pombal, Senhor do Bonfim e Amargosa), em que a companhia se encontra em crescente evolução na negociação para assinatura do contrato.

- Disponibilidade de crédito no Banco do Nordeste no montante de R\$ 120 milhões para aquisição de máquinas e equipamentos, via recursos também do FNE, em fase avançada de negociação com expectativa iminente de assinatura de contrato.

- Disponibilidade de crédito no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R\$ 833 milhões e contrapartida da Embasa de, no mínimo, 5% do valor disponibilizado pelo banco, para 7 empreendimentos, sendo 5 de esgotamento sanitário, 1 de abastecimento de água e 1 em segurança operacional, em que a companhia se encontra em fase avançada de negociação com expectativa iminente de assinatura de contrato:

Implantação SES Pojuca;
Implantação SES Pojuca Norte;
Implantação SES Ilheostar / Praia do Forte;
Implantação SES Ilha de Maré;
ETL - ETA Principal em Candeias;
Ampliação SIAA Jordão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro 2024 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB). As demonstrações financeiras foram elaboradas levando em conta o pressuposto da continuidade operacional, dado que a Diretoria Executiva tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perpetuidade de seus negócios e a Diretoria Executiva não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Diretoria Executiva na sua gestão.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Em acréscimo, a Companhia apresenta um balanço adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza apresentação retrospectiva de uma política contábil, reclassificação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 11 - Reconhecimento e mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber;

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. Essa provisão estima a perda no recebimento de clientes, os clientes particulares são estratificados por problemas (ações judiciais, fixo de esgoto, terreno, imóveis em ruína e abandonado, entre outras) bem como por situação de atraso que não se enquadram nos problemas citados, e são aplicados os percentuais de evasão da arrecadação, obtidos através de ferramenta de "BI" – Business Intelligence. Já para estimar a provisão para clientes públicos, a Companhia aplica os percentuais de evasão da arrecadação apurados para cada responsável.

Nota explicativa 13 - Intangível (expectativa de vida útil remanescente e valor recuperável dos ativos atrelados à concessão).

A Companhia passou a utilizar como expectativa de vida útil remanescente, a partir de 01 de janeiro de 2023, a tabela de vidas úteis definidas pela Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA, por meio da Nota Técnica Complementar 001/2020.

Nota explicativa 18 - Reconhecimento e mensuração de provisão para perdas em processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, sendo toda essa avaliação realizada pelos advogados internos e externos da Companhia. As provisões são revistas e ajustadas a cada período de report para levar em conta as alterações nas circunstâncias.

Nota explicativa 22 – Benefícios a empregados: O custo dos planos de aposentadoria com benefício definido e benefício de assistência médica pós-emprego bem como o valor presente dessas obrigações são determinadas utilizando avaliação atuarial, que envolve o uso de premissas as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões, entre outras. Essas obrigações são altamente sensíveis a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revistas a cada data-base.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

</



EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.064.038.845,92

6.2. Contas a receber de clientes

São reconhecidos pelo valor nominal à medida que os serviços são prestados e mensurados. As medições que ultrapassam o limite mensal são estimadas e registradas como estimativa a faturar, a valor presente, sem qualquer tipo de acréscimos. Na geração de caixa pelo recebimento em atraso, os juros e correções são classificados como receitas financeiras. Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

Os créditos não recebidos que são parcelados, corrigidos no momento da negociação considerando todo período de recebimento das parcelas. A taxa de juros aplicada é diferenciada nas seguintes condições: até 6 parcelas = 0,55% a.m.; e, de 7 a 60 parcelas = 1% a.m, conforme Resolução da Diretoria nº 292/2022. Esses valores são segregados em circulante e não circulante conforme o vencimento das parcelas e são apresentados descontados a valor presente contra juros a incorrer, sendo utilizadas as mesmas taxas.

6.3. Estoques

São demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio ponderado de aquisição classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo de contrato pelo custo histórico, que não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidas de provisões para perdas, quando aplicável.

O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação do custo de aquisição.

6.4. Outras contas a receber

São registrados pelo custo de aquisição ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

6.5. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: (i) Custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; (iii) Custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e (iv) custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A Companhia passou a utilizar como expectativa de vida útil remanescente, a partir de 01 de janeiro de 2023, a tabela de vidas úteis definidas pela Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA, por meio da Nota Técnica Complementar 001/2020.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Exercício corrente e comparativo
Construções	60 anos
Máquinas e equipamentos	12 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Móveis e utensílios	12 anos
Veículos	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras (receitas) despesas operacionais líquidas, na demonstração do resultado.

6.6. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, neste último caso, para os ativos qualificáveis quando aplicável, menos amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendido.

Doações em bens recebidas de terceiros e entidades governamentais para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário não são registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, pois eles são controlados pelo poder concedente.

(ii) Contratos de concessão de serviços

O direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário é reconhecido como ativo intangível, em linha com a interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

Os bens afetos aos contratos de concessão com o poder concedente são registrados no ativo intangível, os quais representam o valor residual da receita de construção, condição para operacionalização desses contratos e possibilitando a cobrança das tarifas pela utilização dos serviços ao público.

Para os estoques aplicados no processo de construção de ativos, o custo de aplicação desses itens é reconhecido como "Contratos de construção" (Ativo de contrato) do período (mês) em que a respectiva baixa é reconhecida.

Os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, nos casos em que há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, deverão ser indenizados pelo poder concedente, (1) com caixa ou equivalentes de caixa ou ainda, em geral (2) com a prorrogação do contrato. Estes investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

A Lei nº 11.445/2007 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o cenário de continuidade da prestação de serviços, durante a negociação de renovações.

(iii) Licença de software

São registradas com base nos custos incorridos para sua aquisição e colocação em condições de utilização e são amortizados linearmente pelo prazo da vida útil estimada de utilização.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumen-

tam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) Amortização

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão.

Itens do ativo intangível são amortizados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são amortizados.

Itens do ativo intangível são amortizados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A Companhia passou a utilizar como expectativa de vida útil remanescente, a partir de 01 de janeiro de 2023, a tabela de vidas úteis definidas pela Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA, por meio da Nota Técnica Complementar 001/2020.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Exercício corrente e comparativo
Construções	20 a 60 anos
Máquinas e equipamentos	7 a 20 anos
Veículos	10 a 15 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras (receitas) despesas operacionais líquidas, na demonstração do resultado.

6.7. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos (incluindo recebíveis)

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 360 dias de atraso.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições de que a Companhia não consideraria em outras transações e indicações de que o devedor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto individualmente quanto coletivamente. Todos os recebíveis são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Sendo assim, as faixas de inadimplência estão segregadas em clientes particulares e públicos. Para os clientes particulares foi feito um estudo no qual identifica grupos de clientes caracterizados por situações (problemas) que tornam os débitos desses clientes de difícil recuperação e os demais clientes, que não se enquadram nesses grupos, foram analisados e estratificados por faixas de débitos, por período, para as quais foram atribuídos os respectivos percentuais de perdas relativas a esses débitos.

Ao avaliar a perda de crédito esperada de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais, são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução no valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/2007, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

6.8. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de celebração de cada contrato, se esse é ou contém um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um período em troca de contraprestações.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada e perdas pelo valor recuperável, se for o caso, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de direito de uso

A Companhia reconhece, na data de início do arrendamento, os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem realizados durante o prazo de arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento, a Companhia utiliza a taxa de empréstimo incremental na data de início do contrato.

Arrendamento de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia reconhece os arrendamentos de curto prazo (12 meses ou menos) e/ou arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (inferiores a US\$ 5.000) como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

6.9. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos de contas a receber de clientes e outras contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada (PPP), convênios a comprovar e outras contas a pagar.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

(ii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6.10. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Estima-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

6.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

6.12. Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo férias a pagar e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

6.13. Demais passivos circulantes e não circulantes

Registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

6.14. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A contribuição social do exercício corrente é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Contribuição Social compreende a contribuição social corrente e diferida. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de Contribuição Social corrente

A despesa de Contribuição Social corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou adiciona despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir ou adicionar itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Companhia avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

(ii) Despesas de Contribuição Social diferida

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa e/ou receitas de Contribuição Social diferida.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.15. Capital Social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, se houver, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia.



Assinado Digitalmente por: EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130 - Em: 31/03/2025

Certificado emitido por: CN=AC DIGITALSIGN RFB G3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://atarde.com.br/validator-iti> caso deseje validar a assinatura!



EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
 CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.064.038.845,92

(iii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultante da transação é apresentado como reserva de capital.

(iv) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras, tendo por base o estatuto social da Companhia e a legislação societária brasileira, exceto quando fica evidenciado a ausência de recursos disponíveis à época para a sua distribuição aprovada pelo Conselho Fiscal, onde no lugar de sua distribuição é constituída reserva especial para este fim no patrimônio líquido. Os dividendos mínimos ficam ali retidos até que a Companhia restabeleça condição para que estes sejam distribuídos aos acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

6.16. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(i) Provisão para perdas em processos judiciais

Quando aplicável, são registradas e atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos consultores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para perdas em processos judiciais estão descritos na Nota explicativa nº 18.

6.17. Receita operacional

(i) Prestação de serviços de saneamento e esgotamento sanitário

A receita relativa à prestação de serviço de água e esgoto é faturada mensalmente para todos os usuários de acordo com o calendário de leitura de medição, que representa o seu consumo ou prestação do serviço. As receitas de água e esgoto são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e são apresentadas líquidas de imposto, taxas, abatimentos e descontos.

A receita não faturada, que representa receita incorrida, cujo serviço foi prestado, porém ainda não faturado até o final de cada período, corresponde ao valor estimado de consumo entre a data da leitura e o término do mês em que o serviço foi prestado.

As receitas são reconhecidas com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a qual determina um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. Assim, a Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de desempenho dos contratos; e v) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

(ii) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 - Receita de Contrato com cliente, ou seja, à medida que todas as obrigações de desempenho sejam satisfetias ao longo do tempo.

Durante a fase de construção, o ativo é classificado como ativo de contrato, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos.

6.18. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos, juros, variações cambiais, atualizações monetárias, resultado de aplicações financeiras, depósitos judiciais, acordos e parcelamentos com clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações cambiais, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

6.19. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

6.20. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo

Obrigações de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesa de pessoal, conforme o serviço correspondente prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Obrigações de aposentadoria

Os custos associados a benefícios concedidos a empregados, incluindo o plano de complementação de aposentadoria e pensão com a FABASA - Fundação de Assistência Social e Seguridade da EMBASA e o plano de saúde, são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas. Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes, são registrados de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Plano de benefício definido: plano que complementa 80% do salário real médio dos últimos anos de atividade em relação ao benefício atribuído à previdência oficial;

O Plano de saúde é oferecido aos empregados ativos e aposentados, e seus respectivos dependentes e agregados, com base num custo médio mensal calculado por vida sem levar em consideração a faixa etária do beneficiário. É cobrado do empregado ativo um percentual proporcional ao seu salário base. O aposentado contribui com 100% do valor do custo médio do plano, conforme cláusula do acordo coletivo de trabalho, mas essa não é suficiente para cobrir os gastos do plano, e um passivo é contraído pela Companhia, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), em razão do aumento da sinistralidade, reajuste dos custos médicos e alteração da faixa etária com o passar dos anos e a permanência no plano. O prêmio pago pela Embasa mensalmente é fixo e onerado pela permanência dos ex-empregados no plano proporcionalmente ao crescimento dos fatores de envelhecimento o que eleva o custo do serviço médico de todos os seus beneficiários e aumenta o subsídio indireto da Embasa em razão da contribuição dos empregados ativos não serem suficientes para garantir o equilíbrio das mensalidades em relação às contribuições dos aposentados.

O cálculo da obrigação dos benefícios pós emprego é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

As despesas com plano de pensão são classificadas no resultado como custo operacional, despesas comerciais ou despesas administrativas, de acordo com o centro de custo do respectivo funcionário.

Plano previdenciário de contribuição definida tem como característica a paridade nas contribuições entre patrocinadora e empregados. Teve parte de sua cobertura lastreada em contrato firmado entre a Companhia e a FABASA estando o mesmo integralmente quitado, essas contribuições são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

(iii) Participação de empregados no resultado

A apuração do Programa de Participação nos Resultados (PPR) é realizada com base em um conjunto de indicadores a partir de quatro dimensões:

1. Dimensão empresarial contendo três indicadores: Margem Ebitda (MEBITDA), Acréscimo de ligações de água (ALA) e Acréscimo de Ligação de Esgoto (ALE);

2. Dimensão Operacional contendo cinco indicadores: Arrecadação (ARR), Cumprimento do Orçamento de Custeio (COC), Índice de Água Não Faturada (ANF), Índice de Conformidade da Água (IQA) e Satisfação dos Clientes Usuários (SCU);

3. Dimensão financeira contendo um indicador: Resultado Operacional de Caixa Ajustado (ROCA);

4. Dimensão Individual contendo um indicador: Fator de Frequência (1 - Índice de Absenteísmo).

Quanto à dimensão financeira, que condiciona o pagamento à disponibilidade de Caixa, tem-se que o valor destinado ao PPR será o equivalente a um percentual do Resultado Operacional de Caixa Ajustado - ROCA, do ano base de 2023, definido como o caixa líquido oriundo das atividades operacionais, conforme demonstrativo do Fluxo de Caixa - Método Indireto, da Companhia, auditado e publicado, com os seguintes ajustes:

1. Acréscimo do valor da PPR pago em 2023; e
2. Subtração do valor dos pagamentos dos empréstimos e financiamentos, no ano base de 2024, exceto aqueles vinculados ao pagamento das amortizações de empréstimos para capital de giro.

Os valores intermediários serão obtidos por interpolação linear.

6.21. Apresentação de informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial (serviços de saneamento), as decisões de investimentos tomadas pela administração estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto para todos os municípios no Estado da Bahia com os quais a Companhia mantém contrato. O fator principal que faz com que o controle gerencial seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, e tratamento de esgoto. A mensuração de performance e apuração das informações por um único segmento estão consistentes com as políticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras, uma vez que a Administração utiliza estas informações para analisar o desempenho da Companhia.

Essa informação por segmento poderá ser alterada em função da regionalização dos contratos.

6.22. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o período e foi elaborada de forma voluntária. A demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (operacionais, outras receitas, construção de ativos e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa); pelos insumos adquiridos de terceiros (custos operacionais e de construção, materiais, energia elétrica, serviços de terceiros, outras despesas operacionais e outros); pelas retenções (depreciação e amortização); e a riqueza recebida em transferência, representada pelas receitas financeiras e aluguéis. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

6.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamento – Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis - Segregação entre Passivo Circulante e Não Circulante - Esclarece quando considerar condições contratuais (Covenants) que possam afetar o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após o período de relatório e inclui requisitos de divulgação para os passivos com Covenants classificados como não circulantes.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ao risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

6.24. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, a saber:

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

b) IFRS 18 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis: A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros).

A IFRS 18 introduz novos subtítulos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

7. GERENCIAMENTO DE RISCOS

7.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente, além de sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada que corresponde a um grande número de clientes, isto minimiza o risco de crédito em conjunto com os procedimentos de controle. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota a prática de constituição de provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

Para estimar a provisão para clientes públicos, a Companhia apurou os percentuais de evasão das receitas de cada responsável, para os clientes particulares houve a extração por problemas (ações judiciais, fixo de esgoto, terreno, imóveis em ruína e abandonado, entre outras) bem como por situação de atraso que não se enquadram nos problemas citados, sendo aplicados também, os percentuais de evasão encontrados na ferramenta de estudos de perfis de comportamento de clientes utilizado pela Companhia. No que tange às instituições financeiras, são adotados critérios mínimos de rating para a elegibilidade de determinada contraparte, tendo autorização somente para aplicação naqueles ativos com nota igual ou superior a A - (br) ou equivalente, sendo que as classificações de rating utilizadas para o enquadramento obrigatoriamente deverão ser da Standard & Poors, Moody's e Fitch Ratings ou as que vierem a substituí-las.

b) Risco de mercado

É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como: taxas de juros.

Taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI, como certificado de depósito bancário – CDB e fundos renda fixa DI. Os passivos financeiros são atrelados às

taxas de juros definidas no momento da contratação, inclusive o spread bancário. Entretanto, sofre as oscilações decorrentes de mudanças de políticas públicas ou variações de mercado que refletem na variação da TR, TJLP, CDI ou IPCA.

Caso seja verificada elevação do custo capital de terceiros de operações contratadas, a Companhia poderá pleitear repactuação das condições contratuais junto às instituições financeiras credoras, com intuito de adequar as taxas contratadas na inicial com as taxas praticadas no atual cenário ou poderá liquidar antecipadamente operações já contratadas junto às instituições financeiras credoras, com intuito de reduzir o custo médio ponderado do capital de terceiros.

Análise de sensibilidade

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou diversos cenários para as taxas de juros sobre as quais a Companhia está exposta. A administração considerou cenários com variação de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável)	Cenário II Possível (25%)	Cenário III Remoto (50%)
Ativo		1.616.646		
Caixa e Equivalentes de caixa				
SELIC	739.692	12,25%	9,19%	6,13%
Impacto		90.612	67.959	45.306
Recursos vinculados e aplicação financeira				
SELIC	749.380	12,25%	9,19%	6,13%
Impacto		91.799	68.849	45.899
CDI	127.572	10,69%	8,02%	5,36%
Impacto		13.637	10.228	6.819
Poupança	2	6,99%	5,24%	3,50%
Impacto		0	0	0
Passivo		1.028.858		
Empréstimos e financiamentos e debêntures				
TR	390.168	0,99%	1,24%	1,49%
Impacto		3.863	4.828	5.794
TJLP	118.075	7,43%	9,29%	11,15%
Impacto		8.773	10.966	13.159
IPCA	220.905	4,83%	6,04%	7,25%
Impacto		10.670	13.337	16.005
CDI	299.710	10,69%	13,36%	16,04%
Impacto		32.039	40.049	48.058

Fonte dos Índices: CDI e IPCA (Relatório Focus - BACEN de 31 de dezembro de 2024); TR, TJLP (Cotação em 31 de dezembro de 2024); Poupança (rendimentos nos últimos 12 meses em 31 de dezembro de 2024).

Se o cenário possível vier a se confirmar, resultará num impacto positivo de R\$ 77.856 no resultado da Companhia. Se o cenário remoto se confirmar, o impacto positivo esperado é de R\$ 15.008 no resultado da Companhia. Os cenários utilizados para esta comparação foram obtidos do Relatório de Mercado - Focus, por meio do website do Banco Central do Brasil.

c) Risco Regulatório

É o risco de que descumprimento de cláusulas contratuais ou impasses com as prefeituras municipais possam ensejar em perda da "Concessão" e até problemas/impasses nas revisões tarifárias com a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA.

Revisões tarifárias

O IRT – Índice de Reajuste Tarifário instituído pela CORESAB, através da Resolução 001/2010, consiste na recomposição do nível de receita do prestador de acordo com a variação dos custos da companhia causada pela inflação, visando a prestação de serviço adequado, além do atendimento às necessidades de expansão e melhoria do serviço.

Em 2017, em função da grave seca e escassez de recursos hídricos no Estado da Bahia e para dar continuidade ao programa de investimentos da companhia, a EMBASA elaborou estudos econômicos e financeiros e solicitou uma revisão tarifária extraordinária à Agência Reguladora do estado da Bahia – AGERSA, conforme determina a Lei Federal nº 11.445/2007 e a Resolução AGERSA nº 002/2013. Esses estudos demonstraram a necessidade de incremento tarifário de 12,76% e a AGERSA, por meio da resolução nº 001/2017 homologou a revisão tarifária extraordinária da EMBASA que seria concedida em quatro parcelas, sendo a primeira de 2,89% em 2017 e três parcelas restantes de 3,29% nos anos 2018, 2019 e 2020. Além disso, também foi autorizada a reestruturação da tabela tarifária da EMBASA, aprovando a proposta de redução do volume mínimo de consumo de 10 m³ para 6 m³, criação de uma nova faixa de consumo excedente de 7-10 m³ para todas as subcategorias, manutenção de subsídio para a Tarifa Social e ampliação dos critérios de seu enquadramento, adequando aos novos padrões de consumo da população.

Abaixo segue resumo dos reajustes efetivamente autorizados desde 2017:

• Ano 2017 - IRT/ 2017 + 2,89%, que representou 5,91% de IRT +2,89%, totalizando 8,80% de reajuste;

• Ano de 2018 - IRT/2018 +3,29%; o IRT foi de 4,09% e a parcela real de 3,29% não foi autorizada pela AGERSA, totalizando um reajuste de 4,09%;

• Ano de 2019 - IRT/2019 +3,29%; o IRT foi de 4,70% e a parcela real de 3,29% não foi autorizada pela AGERSA, totalizando um reajuste de 4,70%;

• Ano de 2020 – não houve reajuste, o IRT/2020 +3,29% de ganho real não foram autorizados pela AGERSA;

• Ano de 2021 – foi concedido o IRT de 2020 (3,56%) mais o equivalente do IRT de 2021 (5,59%), devido a aplicação de limite módico pela AGERSA, totalizando um reajuste de 9,15%;

• Ano de 2022 – foi concedido IRT de 2022 o equivalente ao IPCA no período tarifário, cujo índice foi de 11,73%;

• Ano de 2023 – a AGERSA concedeu IRT 5,62% mais parcela relativa ao atraso na aplicação da data base (1,0 p.p.), totalizando reajuste de 6,72%;

• Ano de 2024 – a AGERSA concedeu IRT 5,60% mais parcela relativa ao atraso na aplicação da data base (0,2 p.p.), totalizando reajuste de 5,80 %.

Em que pese as diferenças entre os valores solicitados e os valores efetivamente concedidos de IRT pela AGERSA, a Embasa registrou de 2017 até 2024 IRT acumulado de 63,27%, enquanto o IPCA acumulado do mesmo período é de 48,7%, demonstrando ganho real acumulado no período necessário para a manutenção da qualidade da prestação dos serviços e para o avanço da universalização e atingimento das metas estabelecidas no Novo Marco Legal do Saneamento e nos contratos em vigor.

Algumas etapas da regulamentação da RTP – Revisão Tarifária Periódica pela AGERSA já foram cumpridas, como a realização de consulta pública e nota técnica visando as contribuições para metodologia de projeção de receitas, custos, despesas e investimentos, além do custo médio ponderado de capital regulatório, considerando a base de ativos regulatória e visando a definição da tarifa pública de equilíbrio necessária à sustentabilidade econômica e financeira da Embasa no que tange ao atingimento das metas da universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Dessa forma, além do IRT anual para recomposição inflacionária dos custos/ despesas, e após a regulamentação da RTP pela AGERSA, a Companhia passará também a ter periodicamente os estudos econômicos e financeiros com vistas a manutenção do equilíbrio das tarifas públicas para sustentação das metas legais e contratuais introduzidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento.

d) Risco de liquidez

Baseia-se nas dificuldades que a Companhia poderá encontrar em cumprir com suas obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia somente possui aplicações com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a uma eventual exigibilidade imediata dos saldos de fornecedores que têm vencimento de menos de um ano e das garantias concedidas aos empréstimos e financiamentos, cujo cronograma de vencimento está apresentado na Nota explicativa nº 16. Os demais passivos financeiros da Companhia apresentam vencimento com período inferior a um ano.

A tabela a seguir demonstra os fluxos financeiros de saída de caixa, considerando as projeções futuras de juros, encargos e liberações, quando aplicável:

Itens	2025	2026	2027	2028	2029 em Diante	Total
Empréstimos e Financiamentos Internos	116.615.108	124.536.774	125.998.661	108.352.949	906.531.700	1.382.035.192
Parceria Público Privada - PPP (0)	112.035.204	74.690.136	-	-	-	186.725.340

(1) Valor efetivamente pago à EMBASA, considerando 20 contraprestações mensais (incluindo o valor referente à operação do emissário submarino).



Assinado Digitalmente por: **EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130 - Em: 31/03/2025**

Certificado emitido por: CN=AC DIGITALSIGN RFB G3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://atarde.com.br/validator-iti> caso deseje validar a assinatura!



EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
 CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.064.038.845,92

Estimativa do valor justo

A Administração não incluiu informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, pois o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar de fornecedores pelo valor contábil, menos a perda, estejam próximos de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento das contas.

As aplicações financeiras estão valorizadas ao seu valor justo. A classificação na hierarquia destas aplicações financeiras é o Nível 2, onde os inputs, são considerados observáveis, direta ou indiretamente.

7.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixas e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Posição financeira líquida	Dez/2024	Dez/2023
Total dos Empréstimos e financiamentos	1.028.858	949.611
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (nota nº 8)	(739.692)	(831.349)
(-) Aplicações Financeiras (nota nº 9)	(749.380)	(380.961)
(=) Dívida líquida	(460.214)	(262.699)
(+) Total do Patrimônio Líquido	8.270.898	7.035.275
(=) Total do Capital	8.270.898	7.035.275
Índice de Alavancagem Financeira	0,00%	0,00%

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dez/2024	Dez/2023
Disponibilidades (a)	16.134	13.013
Aplicações Financeiras (b)	708.624	818.336
Numerário em Trânsito (c)	14.934	-
	739.692	831.349

(a) As disponibilidades estão compostas por contas correntes bancárias;

(b) Representada por aplicações financeiras, mantidas em bancos de primeira linha como Caixa Econômica Federal, Banco de Brasília e Banco do Brasil, com taxas de juros que acompanham direta ou indiretamente a taxa de juros do CDI, numa média de 102,37% do índice, com liquidez diária, conforme a seguir demonstrado:

Tipos de Investimentos	Dez/2024	Taxa média (%)a.a	Dez/2023	Taxa média (%)a.a
Fundos de Investimentos	708.624	11,08	818.336	13,18
	708.624		818.336	

Saldo referente a Fundos de Investimentos que possuem operações remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Estas operações estão classificadas em equivalente de caixa pois atendem ao critério estabelecido no CPC 03 (R2), pois são aplicações com vencimentos inferiores a três meses, de alta liquidez e com insignificante risco de mudança de valor, sem carência ou penalidades nos resgates.

(c) Numerário em trânsito está composto pelos valores arrecadados que estão em trânsito devido ao float bancário.

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Referem-se a aplicações financeiras junto a fundos de investimentos não exclusivos atrelados à remuneração com base na variação do Certificado de depósito interbancário (CDI), investimentos em LTF, entre outros, no montante de R\$ 749.380 (R\$ 380.961 em 2023), com rendimento médio de 11,20% a.a.

10. RECURSOS VINCULADOS

	Dez/2024	Dez/2023
Bancos contas vinculadas (a)	728	9.985
Aplicações financeiras vinculadas (b)	126.846	33.245
	127.574	43.230

(a) Referem-se substancialmente a contas vinculadas às obras do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, compostas por valores oriundos do Orçamento Geral da União - OGU, na forma de contratos de repasse destinados a investimentos em sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário;

(b) Representadas, basicamente, por aplicações em Fundos de Investimentos não exclusivos e vinculados a projetos/convenções, emitidos pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil e Bradesco, com taxas de juros que acompanham direta ou indiretamente a variação da taxa de juros do CDI, com liquidez diária, conforme a seguir demonstrado, até 31 de dezembro de 2024 os rendimentos foram de R\$ 4.767 (R\$ 3.531 em 31 de dezembro de 2023):

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Dez/2024	Taxa média (%)a.a	Dez/2023	Taxa média (%)a.a
Bradesco	(i)	182	8,94	171	11,91
CEF	(i)	104.082	11,28	7718	11,54
Banco do Brasil	(i)	22.580	11,11	25.274	12,97
Banco do Brasil	(ii)	2	6,41	82	7,42
		126.846		33.245	

(i) Fundo de investimento com carteira composta por, no mínimo 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido, isolada ou cumulativamente, em títulos de emissão do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil ou em títulos e valores mobiliários de renda fixa cujo emissor esteja classificado na categoria baixo risco de crédito ou equivalente, bem como mantêm, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) da carteira em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais que acompanhem, direta ou indiretamente, a variação da taxa de juros dos Certificados de Depósito Interbancário - CDI;

(ii) Poupança.

A Companhia utiliza as aplicações financeiras para manutenção do valor do dinheiro no tempo ou então por obrigação contratual de alguns dos convênios celebrados com outras entidades de direito público ou privado. Dessa forma, os investimentos são em carteiras consideradas como de, no mínimo, baixo risco, de acordo com a classificação da ANBIMA.

Informações sobre exposição da Companhia aos riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa nº7.

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Contas a Receber	Provisão p/ Perdas	Ajuste Valor Presente	Dez/2024	Dez/2023
Valores faturados					
Partes relacionadas	64.893	(33.553)	-	31.340	22.692
Particulares	450.320	(244.714)	-	205.606	217.591
Entidades públicas	270.242	(269.184)	-	1.058	24.603
Parcelamentos/ financiamentos (a)					
Partes relacionadas	1.374	-	-	1.374	16.978
Particulares	283.511	-	(42.774)	240.737	207.389
Entidades públicas	175.084	(52.731)	(50.361)	71.992	64.088
Valores a faturar (b)	281.768	-	-	281.768	251.266
Total	1.527.192	(600.182)	(93.135)	833.875	804.607
Circulante				700.436	676.729
Não circulante				133.439	127.878

(a) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso. Nos parcelamentos de débitos, taxas diferenciadas nas seguintes condições: até 6 parcelas = de 0,55%a.m.; e, de 7 a 60 parcelas = de 1%a.m;

(b) Saldo decorrente de produtos e serviços consumidos até 31 de dezembro de 2024 e ainda não faturados.

Existem títulos a receber da Companhia dados em garantias de dívidas em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Vide notas explicativas nº 16 e 20.

Os parcelamentos de entidades públicas correspondem a valores vencidos de contas de fornecimento de água e esgoto. Os parcelamentos de municípios, são formalizados por "instrumento particular de confissão de dívida", cujos créditos da Companhia são garantidos através do repasse de cotas participativas do ICMS, provenientes do tesouro estadual para os respectivos municípios. Esses valores são atualizados mensalmente com taxas diferenciadas nas seguintes condições: até 6 parcelas = de 0,55%a.m.; e, de 7 a 60 parcelas = de 1%a.m.

Valores faturados por idade de vencimento:

	Dez/2024	Dez/2023
A vencer	417.250	406.825
Vencidos até 30 dias	144.765	143.613
Vencidos de 31 a 60 dias	78.223	66.267
Vencidos de 61 a 90 dias	47.328	42.387
Vencidos de 91 a 120 dias	39.824	37.205
Vencidos de 121 a 150 dias	35.128	33.666
Vencidos de 151 a 180 dias	34.374	31.939
Vencidos de 181 a 360 dias	29.951	19.403
Vencidos acima de 360 dias	325.446	310.872
Total	1.152.289	1.092.177



Assinado Digitalmente por: **EMPRESA EDITORA A TARDE S A:1511297000130 - Em: 31/03/2025**

Certificado emitido por: CN=AC DIGITALSIGN RFB G3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://atarde.com.br/validator-iti> caso deseje validar a assinatura!

A Companhia analisa o saldo de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com a composição de suas contas a receber, considera o risco da carteira de clientes e para clientes públicos o percentual de perda é obtido considerando a inadimplência do ano (faturamento do ano, recebido dentro do ano), para os clientes particulares, estes são agrupados por tipo de problema (processo jurídico, terreno, prédio em ruína, entre outros), os demais clientes foram agrupados em faixas de débito, foram apuradas a eficiência da arrecadação destes, a diferença entre uma possível eficiência da arrecadação (100%) menos a eficiência apurada encontra o valor da evasão.

A partir de 31 de março de 2024 a avaliação do contas a receber em aberto cuja a matrícula esteja pendente de decisão judicial, passa a ser realizada utilizando o método de eficiência da arrecadação que calcula o percentual de evasão desse grupo de clientes, com o estudo do perfil dos usuários nos últimos 12 meses, o que reflete o comportamento (pagamento, cancelamento, retificação e manutenção dos valores cobrados) das decisões judiciais sobre o saldo contábil, permitindo uma definição objetiva dos percentuais a provisionar.

Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

A movimentação da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de clientes durante os exercícios de 2024 e 2023, está demonstrada como segue:

	Dez/2024	Dez/2023
Saldos iniciais	(538.836)	(505.108)
Constituição	(67.639)	(55.068)
Recuperação	3.552	2.656
Reversão para contas a receber	81	112
Reversão para perdas	2.660	18.572
Saldos finais	(600.182)	(538.836)

Informações sobre exposição da Companhia aos riscos de crédito estão incluídas na Nota explicativa nº 7.

12. IMOBILIZADO

A Companhia passou a utilizar como expectativa de vida útil remanescente, a partir de 01 de janeiro de 2023, a tabela de vidas úteis definidas pela Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA, por meio da Nota Técnica Complementar 001/2020.

(a) Saldos patrimoniais

	Dez/2024			Dez/2023		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos e construções	83.540	(26.757)	56.783	71.328	(26.602)	44.726
Máquinas e equipamentos	99.013	(75.507)	23.506	85.813	(69.071)	16.742
Veículos	16.331	(16.143)	188	17.011	(16.784)	227
Outros*	21.599	(16.054)	5.545	19.958	(15.455)	4.503
Obras em Andamento	36.322	-	36.322	-	-	15.114
Total	256.805	(134.461)	122.344	209.224	(127.912)	81.312

(b) Movimentação

	Dez/2023	Adições	Transferências**	Baixas	Depreciação	Dez/2024
Terrenos e construções	44.726	16	12.195	-	(154)	56.783
Máquinas e equipamentos	16.742	10.857	2.876	(64)	(6.905)	23.506
Veículos	227	-	-	-	(39)	188
Outros*	4.503	1.705	76	(9)	(725)	5.545
Obras em Andamento	15.114	39.037	(17.829)	-	-	36.322
Total	81.312	51.615	(2.682)	(78)	(7.823)	122.344

	Dez/2022	Adições	Transferências**	Baixas	Depreciação	Dez/2023
Terrenos e construções	43.873	-	1.122	-	(269)	44.726
Máquinas e equipamentos	16.677	1.893	3.574	(49)	(5.353)	16.742
Veículos	198	59	-	-	(30)	227
Outros*	4.274	723	81	(9)	(566)	4.503
Obras em Andamento	12.378	9.107	(6.371)	-	-	15.114
Total	77.400	11.782	(1.594)	(58)	(6.218)	81.312

(*) Outros: Móveis e utensílios e bens de baixo valor; (**) Transferências para o ativo intangível em função da natureza dos investimentos.

Não existem bens do ativo imobilizado da Companhia dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

13. INTANGÍVEL

A Companhia passou a utilizar como expectativa de vida útil remanescente, a partir de 01 de janeiro de 2023, a tabela de vidas úteis definidas pela Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA, por meio da Nota Técnica Complementar 001/2020.

Em atendimento a Resolução da AGERSA 007/2019, a Embasa contratou uma empresa avaliadora de ativos em 2020 e entregou um laudo de avaliação da sua base de ativos regulatória, bens afetos à concessão referente ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, resultando em um valor líquido de R\$ 11,6 bilhões. Este laudo foi entregue à AGERSA em 30 de abril de 2021 e, após vistas in loco realizadas pela agência, foi homologado em 13 de dezembro de 2024.

(a) Saldos patrimoniais

	Dez/2024			Dez/2023		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Sistema de Água/Esgoto	11.294.782	(5.605.104)	5.689.678	10.204.570	(5.375.246)	4.829.324
E. S. J. - PPP	259.178	(125.832)	133.346	259.178	(122.959)	136.219
Direito de uso	45.030	(45.030)	-	45.030	(22.515)	22.515
Bens Administrativos	69.840	(67.538)	2.302	69.839	(64.962)	4.877
Total	11.668.830	(5.843.504)	5.825.326	10.578.617	(5.585.682)	4.992.935

(b) Movimentação

	Dez/2023 Adições	Transferências de ativo de contrato	Transferências Baixas	Subvenções - PAC	Amortizações	Dez/2024
Sistema de Água/Esgoto	4.829.324	54.051	1.055.719	2.784	(596)	(21.315)
E. S. J. - PPP	136.219	-	-	-	-	(2.873)
Direito de uso	22.515	-	-	-	-	(22.515)
Bens Administrativos	4.877	-	-	-	-	(2.575)
Total	4.992.935	54.051	1.055.719	2.784	(596)	(21.315)

	Dez/2022 Adições	Transferências de ativo de contrato	Transferências Baixas	Subvenções - PAC	Amortizações	Dez/2023
Sistema de Água/Esgoto	4.492.580	30.748	580.140	1.261	(17)	(6.763)
E. S. J. - PPP	136.219	-	-	-	-	(2.873)
Direito de uso	-	45.030	-	-	-	(22.515)
Bens Administrativos	7.633	3	132	333	-	(3.224)
Total	4.636.305	75.781	580.272	1.594	(17)	(6.763)

Para o período de 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou triggers de *impairment* para os ativos intangíveis da Companhia.

Valor indenizável das concessões versus receita de construção

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. Considerando o inexpressivo valor das margens reconhecidas, ponderou o custo/benefício envolvido nesse reconhecimento - necessidade de controles sistêmicos por obras e por município (custo) e margem adicional (benefícios) e optou por considerar margem zero.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, apurados conforme ICPC 01 (R1) e CPC 47, estão demonstrados a seguir:

	Dez/2024	Dez/2023
Receita de construção	1.111.168	881.990
Custo de construção	(1.111.168)	(881.990)

14. ATIVO DE CONTRATO

O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de contrato até a conclusão

das obras. O direito a contraprestação será o de: (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

Movimentação do ativo de contrato

	Dez/23	Adições
--	--------	---------



EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.064.038.845,92

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atendeu integralmente as cláusulas restritivas de vencimento antecipado estipuladas pelo BNDES.

c) Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2024, os financiamentos e debêntures classificados no não circulante têm os seguintes vencimentos:

Origem	2026	2027	2028	2029	Demais anos	Total
CEF	38.128	40.845	43.079	42.554	187.621	352.227
BNDES	26.146	25.729	25.145	14.543	0	91.563
DEBÊNTURES	107.716	119.328	95.338	23.085	138.720	484.187
	171.990	185.902	163.562	80.182	326.341	927.977

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

a) Impostos, taxas e contribuições

	Dez/2024	Dez/2023
Ativo		
Impostos a recuperar		
IR e CSLL retidos	206	17
Saldo Negativo IR e CSLL	4.786	13.827
CSLL, PIS/PASEP, COFINS e INSS	151.982	105.296
Outros tributos	826	871
	157.800	120.011
Circulante	5.932	14.880
Não circulante	151.868	105.131
Passivo		
Parcelamento PIS/COFINS	594	887
PIS/PASEP/COFINS, INSS retido	34.302	31.888
Encargos Sociais	40.066	31.476
	74.962	64.251
ISS	9.113	8.542
PIS/COFINS/INSS Exigibilidade Suspensa (i)	922.504	756.856
DIFAL - ICMS	113	2.441
Outros tributos	-	-
	931.730	767.839
	1.006.692	832.090
Circulante	82.759	74.665
Não circulante	923.933	757.425

(i) PIS/COFINS e INSS suspensos - Nos autos da ação ordinária 0010304-28.2016.4.01.3300, referentes ao PIS/COFINS, a EMBASA busca judicialmente a mudança do regime de apuração, alterando o regime não cumulativo para o regime cumulativo, em decorrência direta do reconhecimento da imunidade tributária recíproca pelo Poder Judiciário, esses débitos correspondem a R\$910.313. Entre 2016 e 2020 a diferença entre os regimes foi depositada, mensalmente, em julho até a competência de fevereiro de 2020, quando foi prolatada a sentença e determinada a suspensão dos depósitos judiciais. As chances de obtenção de êxito no processo são grandes, tendo em vista a decisão favorável de primeira instância e a antecipação da tutela recursal, já prolatadas nos autos. O processo segue aguardando julgamento do Recurso de Apelação. Alreado a este processo a Companhia possui créditos a recuperar na ordem de R\$110.232 referentes a cobranças indevidas de débitos de PIS/COFINS pela Receita Federal do Brasil - RFB; R\$ 12.191 relativos a ações tributárias-INSS, onde se pleiteia a exclusão da base de cálculo da contribuição previdenciária (cota patronal) das verbas pagas aos empregados a título de adicional de férias, ajuda de transporte pago em dinheiro, auxílio filho especial, auxílio funeral e ajuda de custo, verbas que não têm natureza de prestação de serviços pelo empregado, portanto, sem caráter remuneratório ou contraprestacional. O Processo nº 18950-27.2016.4.01.3300 em a Companhia discute a não incidência de contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a parcela do adicional de férias, o STF ao julgar o Tema nº 985 (repercussão geral nacional) em 2020, reformou o já consolidado entendimento do STJ sobre a questão e reconheceu a legalidade da incidência de contribuição previdenciária sobre o tempo de férias gozadas, a partir de 15 de setembro de 2020. Dessa forma, foi proferida decisão judicial no processo da EMBASA, em sede de julgamento de adequação/retratação, determinando a reforma do referido acórdão. Em 12 de junho de 2024 o STF julgou novamente a questão e decidiu pela modulação dos efeitos da decisão proferida em 2020, ou seja, tendo em vista o respeito à segurança jurídica e levando-se em conta a drástica mudança de entendimento sobre o tema, definiu por adotar a modulação até a data 15 de setembro 2020 para assegurar aqueles contribuintes que ingressaram em juízo discutindo a tese, o direito de reaver os valores pagos indevidamente, inclusive dos cinco anos que antecedem a ação judicial. A Companhia obteve êxito no Processo nº 18949-42.2016.4.01.3300 referente a não incidência de contribuição previdenciária patronal de 20% sobre os primeiros 15 dias que antecedem o auxílio-doença, registrando em setembro de 2024 um crédito de R\$ 593 relativo a homologação do pedido de ressarcimento do indébito tributário que abrangeu o período de agosto de 2011 a março de 2020.

18. PROVISÃO PARA PERDAS EM PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia possui processos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais, todos em virtude do curso normal das operações, nos montantes de R\$334.064 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 368.583 em 2023).

A Companhia, com base em análise conjunta com seus assessores jurídicos, constituiu provisões consideradas suficientes para prováveis desfechos desfavoráveis de processos em tramitação na esfera judicial.

a) Riscos provisionados

Os processos considerados como de perda provável são classificados no balanço da Companhia considerando a sua atual fase judicial, sendo registrados no passivo não circulante quando ainda estão em fase de conhecimento e no passivo circulante quando já se encontram em fase de execução com expectativa de desembolso de caixa de até doze meses após a data do balanço. Para o ano de 2024 a redução dos valores contingenciados deve-se ao encerramento de processos, com ênfase na esfera trabalhista. Na área cível e cível-desapropriação destaca-se o processo nº 0168028-74.2004.8.05.0001 que está na fase de execução e sofreu aumento no valor do risco provisionado.

A movimentação do saldo da provisão para perdas em processos judiciais pode ser demonstrada como segue:

	Dez/2023	Adições	Reversões	Dez/2024
Trabalhistas (a)	169.195	3.413	(66.603)	106.005
Cíveis e tributárias (b)	105.120	53.476	(26.768)	131.828
Cíveis - Desapropriações (c)	94.268	11.150	(9.187)	96.231
	368.583	68.039	(102.558)	334.064

Circulante	203.609	208.088
Não circulante	164.974	125.976

(a) Trabalhistas

São constituídas de reclamações envolvendo: divisor de horas extras; adicional de dupla função/motorista usuário; promoção trienal face ao PCCS - Plano de Cargo, Carreira e Salário e RJP - Regulamento Interno de Pessoal anterior; adicionais de periculosidade/insalubridade ou diferenças, já que pagos, em determinados momentos a menor ou incorretamente; repouso semanal remunerado sobre as horas extras; e, incorporação do anuênio ao salário para apuração das horas extras.

(b) Cíveis e tributárias

Cíveis e tributárias - São ações que envolvem: empreiteiras, cujas faturas não foram pagas nas épocas próprias; confissões de dívidas; desequilíbrio econômico-financeiro do contrato; devolução da cobrança da tarifa de esgoto do período em que não havia legislação estadual autorizando, mandados de segurança; e, execução fiscal envolvendo TLF/PTU/ISS e outros.

(c) Cíveis – Desapropriações

Cíveis – Desapropriações – Ação que envolve desapropriação de terreno cuja contrapartida está na conta de Ativo de Contrato.

b) Riscos não provisionados

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, baseado na opinião dos assessores jurídicos da Companhia são classificados como de risco de perda provável e, em consonância com as práticas contábeis brasileiras, não foram constituídas provisões para demandas judiciais.

Os principais processos cujo risco é avaliado como possível em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstrados a seguir:

	Dez/2024	Dez/2023
Trabalhistas	136.285	81.154
Cíveis	1.755.667	1.585.109
Cíveis – Desapropriações	48.478	17.081
Tributárias	294.196	296.954
	2.234.606	1.976.298

Os valores não provisionados, em sua grande maioria, se relacionam com processos pendentes de julgamento em primeira instância/recurso ou processos em que, pela prática processual, fase ou objeto, não é possível atribuir com fidelidade o risco provável até o julgamento das instâncias superiores e o montante não pode ser mensurado com confiabilidade.

Correspondem a condenações atinentes à responsabilidade civil contratual ou extracontratual, e podem decorrer de relações com empresas contratadas pela EMBASA, mediante licitação e posterior Contrato Administrativo, além de ações civis públicas, envolvendo precariedade no fornecimento de água e serviços esgotamento sanitário.

A variação geral nos processos cuja perda foi avaliada como possível, decorre fundamentalmente da redução dos processos tributários conforme histórico a seguir:

i. O processo nº 0002964-74.2009.8.05.0150 originário da 2ª Vara Cível da Comarca de Lauro de Freitas (BA) refere-se a uma ação de desapropriação movida pela Embasa, onde se pretendia a expropriação de uma área de 5.528,14m², localizada neste Município de Lauro de Freitas, a qual foi declarada utilidade pública destinada à construção do Reservatório R23, integrante do sistema de abastecimento de água do bairro capela, naquela cidade, o valor total da indenização foi fixado em R\$ 9.555.956,37 (nove milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e sete centavos), a ser devidamente atualizado, com a majoração dos honorários advocatícios para 3% sobre o valor da diferença entre a oferta e a indenização fixada. O feito transitou em julgado no mérito a exequente pleiteou a execução do valor de R\$ 38.989.462,19 (trinta e oito milhões, novecentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e dezesseis centavos). Após recursos da Embasa o Juízo declarou como montante devido o valor de R\$ 12.508.460,21 e honorários advocatícios de R\$ 286.287,30, no importe de R\$ 12.794.747,51, (doze milhões, setecentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e um centavos). Contra esta decisão ambas as partes apresentaram recursos de apelação. Ao julgar as Apelações, o TJ/BA negou provimento ao recurso apresentado pela EMBASA e deu provimento parcial ao recurso da TOP ENGENHARIA LTDA "para considerar devida a incidência de juros compensatórios, correspondente ao percentual 6% (seis por cento) ao ano, e

a aplicação da multa de 10% (dez por cento) e fixação dos honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor devido, nos termos do art. 523, §1º, CPC, assim como a aplicação da correção monetária mês a mês. Diante do julgamento dos Apelos, ambas as partes ofereceram Embargos de Declaração. Julgados os Embargos a EMBASA interpôs Recurso Especial e Extraordinário, ainda pendentes de julgamento. O montante atualizado é estimado em R\$ 40.000.000,00. Vale esclarecer que, em 15 de agosto de 2019, a Embasa apresentou ainda ação rescisória pretendendo a anulação do julgado por vício insanável na perícia, uma vez que o perito era profissional sem habilitação técnica necessária ao ato. A rescisória está tramitando e ainda será julgada.

ii. Processo nº 10580.726.359/2013-11 IRPJ /CSLL (União) referente a exclusão indevida das receitas de subvenção para investimento (governamental de ICMS), relativo aos anos calendarizados de 2008 a 2010, tramitou administrativamente e não foi dada decisão favorável à Embasa. Valor original R\$ 66.748. A Companhia ingressou no Judiciário com a ação anulatória número 1002108-18.2017.4.01.3300, tendo o valor se mantido em R\$ 91.930 para 2019. Em janeiro de 2020 houve a suspensão da exigibilidade do crédito de IRPJ e CSLL. Em 07 de fevereiro de 2020 o juiz da causa extinguiu o processo, sem o julgamento do mérito, por entender que havia identidade de pedidos com a Ação n.º 35161-46.2013.4.01.3300 que discute a imunidade recíproca da Embasa. Houve a apresentação do recurso de apelação, argumentando-se que a imunidade seria apenas uma das causas de pedir, na medida em que a ação também discute a CSLL, que não é abarcada por tal benefício fiscal. processo em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

iii. Processo nº 10580-726.041/2016-75 IRPJ /CSLL (União) referente a exclusão indevida das receitas de subvenção para investimento (governamental de ICMS), relativo aos anos calendarizados de 2011 a 2012, tramitou administrativamente e não foi dada decisão favorável à Embasa. Valor original R\$ 117.222. A Companhia ingressou no Judiciário com a ação anulatória número 1002995-02.2017.4.01.3300, tendo o valor sido atualizado para R\$ 127.115. (acréscimo em 2017 - R\$ 9.893 na perda possível). Em 2018 o processo foi dividido em dois (IRPJ e CSLL), passando os valores a: IRPJ R\$ 96.697 e CSLL R\$ 30.418. O Juiz de Primeiro Grau julgou extinto o processo, sem julgamento do mérito, por entender que a competência originária para o julgamento da ação seria do STF, pois, no seu entendimento, a decisão nos autos poderia ferir o pacto federativo. Na apelação, a Embasa demonstrou a competência da Justiça Federal para julgamento da matéria, tendo o Desembargador Relator deferido o pedido de tutela recursal suspendendo a exigibilidade do crédito tributário, ainda pendente do julgamento do recurso.

Processo nº 0575881-15.2017.8.05.0001 - GET Empreendimentos Ltda. ME. Processo movido contra a EMBASA. A GET discorda da aplicação de penalidades administrativas decorrentes de inadimplementos no Contrato nº 460009106, e requer que sejam declaradas nulas, além de condenação por danos morais e materiais. A EMBASA apresentou defesa e o réu se manifestou. O processo agora aguarda a fase instrutória.

c) Depósitos judiciais

Referem-se a depósitos e bloqueios judiciais decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e tributários em que a Companhia é parte integrante estão representados pelos valores originais acrescidos de juros e atualização. A movimentação entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, é oriunda do registro de novos bloqueios/depósitos, desbloqueios, baixas e atualizações monetárias, conforme demonstrado a seguir:

	Dez/2024	Dez/2023
Saldo em 1º de janeiro	503.185	511.697
Depósitos/bloqueios/desbloqueios (a)	(68.676)	(16.631)
Rendimentos	23.764	20.408
Baixas por perdas processos judiciais/resultado	(45)	(14.135)
Baixas por pagamentos processos perdidos	(3.457)	(2.369)
Provisão para perdas em processos judiciais	(6.378)	4.215
Saldos	448.393	503.185

(a) Os depósitos em juízo referente à ação fiscal de PIS/COFINS (ação ordinária 0010304-28.2016.4.01.3300), que correspondem a R\$ 324.472 (R\$324.472 em 2023), pleiteando a substituição do regime de apuração não cumulativo para o cumulativo na apuração de tais contribuições, em decorrência direta do reconhecimento da imunidade tributária recíproca pelo Poder Judiciário, foram realizados entre os anos de 2016 a 2020 pelo valor correspondente à diferença entre os regimes, até a competência de fevereiro/2020, quando foi prolatada a sentença e determinada a suspensão dos depósitos judiciais, com a manutenção daqueles depositados até então. Em setembro de 2023, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu a exigibilidade dos créditos que não foram depositados a partir de março de 2020. O processo Judicial segue aguardando julgamento do Recurso de Apelação. E os créditos referentes ao Parcelamento INSS, cobrados pela Receita Federal do Brasil - RFB equivocadamente, no valor de R\$11.606 (R\$11.606 em 2023), foram objeto de processo administrativo que reconheceu o direito da Companhia de ser ressarcida dos valores pagos, essa aguarda o encerramento do processo para a liberação do crédito.

Em 05/12/2023 a Companhia celebrou convênio judicial perante ao Juízo de Conciliação de Precatórios do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região para utilização dos créditos oriundos de depósitos recursais, bloqueios e penhoras a seu favor fossem disponibilizados ao juízo a fim de antecipar a liquidação precatórios com vencimento até 31/12/2024. Foram transferidos créditos na ordem de R\$89.812.

Com o advento dos precatórios em 2021, não é mais possível a penhora ou constrição de numerário contra a EMBASA nos processos judiciais em execução e assim proporcionando uma melhor organização orçamentária da Companhia, tendo em vista que extingue decisões judiciais determinando pagamento imediato de numerário.

19. CONVÊNIO A COMPROVAR

	Dez/2024	Dez/2023
CODEVASF (a)	-	33.259
FUNASA (b)	-	31.573
Outros convênios (c)	1.239	32.790
	1.239	97.622

Circulante	1.239	12.332
Não circulante	-	85.290

(a) CODEVASF

Recursos oriundos dos convênios celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e a EMBASA para execução de ações de saneamento básico em municípios do Estado da Bahia, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. O valor demonstrado refere-se a diversos convênios cujas obras se encontram em andamento, sendo os principais: SIAA da Região de Guanambi (TC 0.006.00/2011), e Gerenciamento e Fiscalização de Obras (TC 0.056.00/2013).

(b) FUNASA

Recursos oriundos dos convênios celebrados entre o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA e o Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria da Infraestrutura Hídrica e Saneamento - SIHS para execução de ações de saneamento básico em municípios do Estado da Bahia, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Este valor é composto por diversos convênios que estão com prestações de contas concluídas ou em homologação, cujas obras se encontram em andamento ou em fase de incorporação, sendo os principais empreendimentos beneficiados: SAA de Maini (TC486/2014), SES de Baixa Grande (TC229/2012), SES de Itubá (TC302/2012), SAA de Morpará (TC182/2012), SES Macajuba (TC226/2012) e SAA de Utinga (TC416/2012).

(c) Outros convênios

Recursos oriundos de outros convênios celebrados para execução de ações de saneamento básico. O principal deles foi o Convênio nº 001/2017 firmado com o Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza - FUNCEP para execução de obras de extensão de rede em diversos municípios do Estado da Bahia. Esses convênios estão aguardando homologação das prestações de contas pelo órgão fiscalizador.

Em dezembro de 2024 os convênios não onerosos foram reclassificados para Ativo de contratos, visto se tratar de recursos do governo federal e estadual para viabilização de obras de saneamento básico, ficando, desta forma, melhor representado o custo dos ativos em construção. Remanescendo nesse grupo os convênios de cooperação técnica e financeira do SESI/SENAI.

20. PASSIVO FINANCEIRO A PAGAR – PPP

	Dez/2024	Dez/2023
Passivo financeiro a Transcoer	23.170	46.876
(-) Encargos a Transcoer	(1.238)	(4.643)
	21.932	42.233
Circulante	21.932	22.439
Não Circulante	-	19.794

Termos da dívida

A Companhia tem um ativo de concessão oriundo de contrato de Parceria Público Privada junto a BRK Ambiental Jaguaribe S/A que vem sendo amortizado pela vida útil do bem (25 anos) e um passivo financeiro que vem sendo amortizado (175 meses), a liquidação ocorre através de recebíveis que lastreiam a transação, a última prestação vencerá em 31/12/2024.

21. PRECATÓRIOS A PAGAR

Abaixo está apresentado abertura dos saldos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 de precatórios a vencer.

	Dez/2024	Dez/2023
Precatórios a pagar	139.838	95.397
	139.838	95.397

Circulante	137.161	92.165
Não Circulante	2.677	3.232

A EMBASA ganhou ação (ADPF tombada sob o número 616 no STF) para pagar seus débitos através de precatórios. O STF, reconhecendo a tese arguida na ADPF assim decidiu:

"...julgar parcialmente procedente o pedido para: (i) suspender as decisões judiciais nas quais se promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro; (ii) determinar a sujeição da Empresa Baiana de Águas e Saneamento ao regime constitucional de precatórios; e (iii) determinar a imediata devolução das verbas subtraídas dos cofres públicos, e ainda em poder do Judiciário, para as respectivas contas de que foram retiradas, restando prejudicado o pedido de natureza cautelar formulado, nos termos do voto do Relator"

Por esta decisão vinculante, todas as execuções judiciais contra à EMBASA precisam obedecer ao regime de precatórios ou RPV, sendo para as primeiras necessária a previa inscrição do precatório após o trânsito em julgado para que só após essa inscrição surja a obrigação de pagar pela EMBASA nos seguintes moldes:

1. Precatórios inscritos até 01 de abril devem ser quitados até o final do exercício seguinte;

2. Precatórios inscritos após 01 de abril devem ser quitados até o final do seguinte exercício subsequente

Em virtude da relevância do saldo da rubrica "Precatórios a pagar", a partir de junho de 2024 a Companhia passou a apresentá-la em subgrupo específico no passivo circulante e não circulante, assim como seus valores correspondentes para fins comparativos.

Em dezembro/2024 foram liquidados R\$101.314 de precatórios, sendo R\$89.812 liquidados com créditos oriundos de depósitos recursais, bloqueios e penhoras, conforme convênio judicial celebrado pela Companhia perante ao Juízo de Conciliação de Precatórios do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região em 05/12/2023.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Plano de saúde – Assistência Médica

A EMBASA concede benefícios de assistência à saúde para seus empregados, ativos, aposentados e aposentados por invalidez, o qual inclui plano de assistência médica e odontológica, através de licitação de operadoras de saúde. Estes benefícios são previstos em acordo coletivo do trabalho e mantidos por contribuições da Companhia e empregados ativos e aposentados. O plano de assistência odontológica não se estende aos aposentados.

A Companhia contribuiu com 23,90% em média da folha bruta de salários em 2024 (20,55% em 2023), totalizando o montante de R\$130.600 (R\$ 109.777 em 2023).

Os cálculos atuários demonstram que as contribuições dos ex-empregados/aposentados não são suficientes para cobrir os gastos do plano de assistência de saúde, e é necessário reconhecer um passivo atuarial, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). O prêmio pago pela Embasa mensalmente é fixo e onerado pela permanência dos ex-empregados no plano proporcionalmente ao crescimento dos fatores de envelhecimento o que eleva o custo médio de todos os seus beneficiários e aumenta o subsídio indireto da Embasa em razão da contribuição dos empregados ativos não serem suficientes para garantir o equilíbrio das mensalidades em relação às contribuições dos aposentados. Em 2024 houve uma variação negativa de 30,42% do plano de saúde em relação ao exercício de 2023, em razão da redução do custo médio do plano, aumento do número de ativos, aposentados e beneficiários e a aumento da taxa real de juros, resultando em um ganho atuarial de R\$210.901.

(b) Obrigações previdenciárias

A Fundação de Assistência Social e Seguridade da EMBASA – FABASA é uma entidade fechada de previdência complementar, com patrimônio próprio, segregado do patrimônio da Patrocinadora EMBASA, que tem a incumbência de gerir plano previdenciário em favor de empregados e ex-empregados da referida patrocinadora.

A EMBASA contribuiu para a FABASA no exercício de 2024 com R\$28.208 (R\$26.091 em 2023).

A Fundação tem como principal objetivo oferecer aos seus participantes, assistidos e beneficiários a possibilidade de capitalização de recursos para que, após determinado período, possam auferir uma renda que lhes garanta um padrão de vida superior ao que é possível obter, exclusivamente, com o benefício do Regime Geral de Previdência Social. A FABASA possui dois planos de benefícios e um plano administrativo, sendo um Plano de Benefícios Previdenciários Misto nº 001 (Contribuição Definida), um Plano Benefícios Previdenciários nº 001 (Benefício Definido) e um Plano de Gestão Administrativa.

A Fundação é uma Entidade multipatrocinada, tendo a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA como patrocinadora principal e a própria Fundação de Assistência Social e Seguridade da EMBASA - FABASA na qualidade de única patrocinadora que responderá solidariamente ao patrocinador principal pelas obrigações previstas nos planos.

Conforme requerido pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a Companhia avaliou atuarialmente, em 31 de dezembro de 2024, o Plano de Benefícios Previdenciários da FABASA, referente ao plano de benefício definido, por ela patrocinado. Os resultados desta avaliação foram apurados por atuário independente, que emitiu seu Parecer Atuarial em 16 de janeiro de 2025, utilizando-se do método da unidade de crédito projetada, conforme detalhado a seguir:

(i) Plano de Benefício Definido (BD)



EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
 CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.064.038.845,92

Análise de sensibilidade

A Redução ou aumento mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefícios pós emprego nos percentuais a seguir:

Variações	Plano de Previdência	Plano de Saúde
Taxa de Desconto		
Com acréscimo de 1%	(23,36%)	(18,00%)
Com redução de 1%	26,27%	24,57%
Crescimento de Custos		
Com acréscimo de 1%	-	23,49%
Com redução de 1%	-	(17,81)
Expectativa de Vida		
Com acréscimo de 1 ano	(12,89%)	124,23%
Com redução de 1 ano	12,78%	(81,49%)

Os valores do resultado com planos de benefícios pós emprego projetados para o ano de 2025 são os seguintes:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Saúde	2025
Custo do serviço corrente líquido	17	(14.463)	(14.446)
Custo de juros líquidos	(2.701)	(70.094)	(72.795)
(Despesa)/Receita projetada	(2.684)	(84.557)	(87.241)

23. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC

A Companhia recebe valores oriundos do Orçamento Geral da União - OGU, para investimento em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário decorrentes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, na forma de contratos de repasse, sendo a EMBASA a interveniente executora. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 216.768 (R\$ 221.742 em 31 de dezembro de 2023). Dentre os repasses mais relevantes neste período, destacam-se os montantes de R\$ 10.086 e R\$ 5.901, referentes aos sistemas SAA Luis Eduardo Magalhães e SES Simões Filho, respectivamente.

De acordo com as normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e os Pronunciamentos Técnicos do CPC, os valores acima descritos foram contabilizados no ativo não circulante, em subconta redutora do Ativo de contrato, até a conclusão das obras.

Detalhamento dos contratos de repasse – PAC:

Contrato	Sistema	Repasse	
		Dez/2024	Dez/2023
CT nº 218.245-56/2007	SES Simões Filho	11.459	5.558
CT nº 238.136-59/2007	SES Ilaberaba	3.413	3.413
CT nº 244.211-94/2007	Elab. Proj. Ilaberaba	221	221
CT nº 350.771-26/2011	SIAA Salvador - Duplic AAT	34.072	34.072
CT nº 350.871-30/2011	SES Feira de Santana - B. Jacupirã	814	814
CT nº 350.938-21/2011	SES Ilaberaba	43.825	43.825
CT nº 351.070-69/2011	PAC 2 - Elab Proj SAA Salvador	2.436	2.436
CT nº 351.146-61/2011	PAC 2 - SES Serrinha	379	379
CT nº 394.940-80/2012	PAC 2 - SAA VIT CONQUI	30.387	30.387
CT nº 394.941-94/2012	PAC 2 - SAA BARR CATOLE	33.539	33.539
CT nº 408.653-36/2013	PAC 2 - SIAA Salvador R7 e R23	5.083	5.083
CT nº 408.654-40/2013	PAC 2 - Simões Filho	2.505	2.424
CT nº 408.655-56/2013	PAC 2 - SAA FSA LESTE	1.006	1.097
CT nº 408.693-16	PAC 2 - SES Arenipebe	24.624	24.624
CT Nº 408.703-33	PAC 2 - SES SSA Adensamento	6.396	6.032
CT nº 421.109-04	PAC 2 - SAA Machado Sul	0	21.315
CT nº 424.364-69	PAC 2 - SAA L ED MAGALHAES	16.609	6.523
		216.768	221.742

O montante total liberado para investimento nas obras do PAC de janeiro a dezembro de 2024 foi de R\$ 16.432 (R\$ 24.458 no mesmo período em 2023).

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia identificou como partes relacionadas seus acionistas, demais órgãos vinculados ao Governo do Estado da Bahia, FABASA, pessoal chave da Administração e seus familiares conforme definições contidas no CPC 05 (R1). A remuneração do pessoal chave da administração está descrita na nota explicativa nº 32.

Os principais saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativos a operações com partes relacionadas estão a seguir detalhadas:

	Referência	Dez/2024	Dez/2023
Contas a Receber - bruto de clientes	(1)	66.267	70.119
(-) Prov. PDD/PECLD	(1)	(33.553)	(30.449)
Valores a receber de pessoal cedido	(2)	4.620	4.470
Ativo circulante		37.334	44.140
Convênio FUNCEP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	(3)	11.682	11.682
Ativo não circulante		11.682	11.682
Adiantamento para aumento de Capital -GE	(4)	5.182	24.917
Auxílio para Obras -GE	(5)	5.182	5.182
Patrimônio Líquido		5.182	30.099
Faturamento de água e esgoto		225.530	182.162
Reversão de perda		-	-
Constituição de perda	(1)	(3.104)	296
Total		222.426	182.458

- (1) **Serviços de água e esgoto:** as operações com partes relacionadas, aqui definidas como o Governo do Estado da Bahia são definidas a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas);
- (2) **Valores de pessoal cedido:** os valores a receber de pessoal cedido são relativos aos saldos pendentes de recebimento, atinentes à cessão de empregados, cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãoscessionários do Governo do Estado;
- (3) **Convênio FUNCEP - Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza:** correspondem aos valores detalhados no item (c) da nota explicativa nº 19. Convênios a Comprovar, relativos ao FUNCEP;
- (4) **Adiantamento para futuro aumento de capital:** correspondem aos valores detalhados na nota explicativa nº 25 - Adiantamento para Aumento de Capital; e
- (5) **Auxílio para Obras -GE (Governo do Estado):** Correspondem a valores descritos no item (b) da nota explicativa nº 25 - Patrimônio Líquido.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital autorizado, conforme estatuto, é de R\$ 5.664.000, representado por 800.000.000 ações nominativas, sendo 520.000.000 ações ordinárias e 280.000.000 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas oferecem a seus titulares dividendos iniciais, não cumulativos, de 6% ao ano, sobre o lucro líquido do exercício.

O Governo do Estado da Bahia é o acionista majoritário e possui 99,70% do capital total da Companhia.

Em 29 de abril de 2024, conforme AGE/AGO, ocorreu o aumento de capital social no montante de R\$ 106.916, sendo R\$ 82.000 com integralização de dividendos a pagar e R\$ 24.916 com integralização de Adiantamento para futuro aumento de capital. Dessa forma, o capital social subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 5.064.038 (R\$ 4.957.122 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 456.193.848 (446.534.521 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias e 259.065.876 (253.624.027 em 31 de dezembro de 2023) ações preferenciais todas nominativas e no valor de R\$ 7,08 cada uma, conforme segue:

	Quantidade de ações			%
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Governo do Estado da Bahia	456.157.160	256.988.736	713.145.896	99,7
Minoritários	36.688	2.077.140	2.113.828	0,3
	456.193.848	259.065.876	715.259.724	100

b. Reserva de capital

Auxílio para obras

Representam aportes de recursos pelo Governo do Estado da Bahia e Governo Federal para aplicação na expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, cuja incorporação ao capital social depende de deliberação da Assembleia Geral, em 31 de dezembro de 2024 o valor acumulado é R\$ 16.907 (em 2023, R\$ 16.981).

Adiantamentos para futuro aumento de capital

Referem-se a créditos do acionista majoritário, cuja incorporação ao capital social depende de deliberação da Assembleia Geral.

As movimentações ocorridas nos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim demonstradas:

	Dez/2024	Dez/2023
Saldos em 1º de janeiro	24.916	24.916
Integralizações ao capital ocorridas	(24.916)	-
Autorização de Capitalização de Dividendos	-	-
Saldos em 31 de dezembro	-	24.916



Assinado Digitalmente por: **EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130 - Em: 31/03/2025**

Certificado emitido por: CN=AC DIGITALSIGN RFB G3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://atarde.com.br/validator-iti> caso deseje validar a assinatura!

O valor de R\$ 24.916 que foi integralizado em 2024(AGO/AGE de 29 de abril de 2024) tem o seguinte detalhamento:

- Valor de R\$ 8.952 correspondente à aprovação dos acionistas em Assembleia geral extraordinária realizada em 20/07/2022 para retenção e futura capitalização do saldo de dividendos do ano de 2021 do Governo do Estado; e
- Valor de R\$ 15.964 referente à transferência de dívida do passivo circulante decorrente da assunção da dívida do contrato mantido com a empresa Construtora e Pavimentadora Sérvia Ltda.

c. Reserva de lucros

(i) Incentivo fiscal (ICMS)

Os valores da reserva de incentivo fiscal ICMS, R\$ 301.397 (R\$ 301.397 em 2023) correspondem ao crédito presumido de ICMS concedido pelo Decreto nº 8.868 de 05 de janeiro de 2004. Esse incentivo foi extinto em junho/2016, restando na reserva um saldo acumulado que ainda não foi utilizado para aumento de capital.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e Pronunciamento CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais, o valor do incentivo, apurado a partir da vigência da lei, foi contabilizado no resultado do exercício e posteriormente transferido para reserva de lucros.

(ii) Reserva legal

A reserva legal deverá ser constituída mediante 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação. Esta reserva será constituída, obrigatoriamente, até que o seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida. No exercício de 2024 até 31 de dezembro, o valor acumulado é de R\$ 200.862 (R\$ 150.292 em 2023).

(iii) Reserva para investimentos

Para atender a projetos de investimento e expansão, a Companhia poderá, após as devidas destinações legais, reter o restante do lucro do exercício. Essa retenção deverá estar justificada com o respectivo orçamento de capital, ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral.

No exercício de 2024 até 31 de dezembro o valor acumulado atinge R\$ 3.219.517 (R\$ 2.316.355 em 2023).

d. Reserva de reavaliação

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/2007, a Companhia manteve os saldos da reavaliação concluída em 2006. O registro contábil ocorreu em 31 de dezembro de 2006, baseado em laudo de reavaliação, emitido por empresa contratada, devidamente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, cuja movimentação está detalhada a seguir:

	Valor
Saldo em 01 de janeiro de 2023	145.323
Realização da reserva de reavaliação	(25.493)
Realização da CSLL diferidos sobre reserva de reavaliação	2.294
Saldo em 31 de dezembro de 2023	122.124
Realização da reserva de reavaliação	(4.289)
Realização da CSLL diferidos sobre reserva de reavaliação	386
Saldo em 31 de dezembro de 2024	118.221

Posteriormente os bens reavaliados foram reclassificados para o ativo intangível, pela vinculação aos contratos de concessões.

A Companhia passou a utilizar como expectativa de vida útil remanescente, a partir de 01 de janeiro de 2023, a tabela de vidas úteis definidas pela Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia - AGERSA, por meio da Nota Técnica Complementar 001/2020.

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Corresponde ao ganho (perda) atuarial líquido decorrente dos planos de benefícios pós emprego mantidos pela Companhia em consonância com o CPC 33 (R1) que alterou a forma de contabilização do resultado atuarial para o patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes. Em 2024 a Companhia acumulou uma perda atuarial de R\$648.935.

Planos	2024	2023
Previdenciário BD	(3.889)	3.145
Plano de Saúde	(645.045)	(855.946)
Total	(648.934)	(852.801)

f. Resultado por ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia - o numerador - pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, - o denominador - durante o período. O objetivo da informação relativa ao resultado básico por ação é proporcionar a mensuração da participação de cada ação da Companhia no desempenho da entidade no exercício.

	2024	2023
Lucro Atribuível ao acionista da Companhia (em milhares)	1.007.478	868.107
Quantidade média ponderada de ações emitidas	456.194	446.534
Lucro Básico e diluído por ação (reais por ação)	1,41	1,25

26. RECEITA OPERACIONAL

	2024	2023
Abastecimento de Água		
Particular	3.240.144	2.916.391
Público	447.021	360.411
Total da receita de abastecimento de água	3.687.165	3.276.802

	2024	2023
Esgotamento Sanitário		
Particular	1.236.829	1.094.922
Público	171.629	143.144
Total da receita de esgotamento sanitário	1.408.458	1.238.066

	2024	2023
Serviços Acessórios	101.775	53.700
Serviços Técnicos Especializados	1.514	1.271
Total das Receitas de Serviços	103.289	54.971

	2024	2023
Total das Receitas de Serviços	103.289	54.971
Recarga de Construção	1.011.168	881.990

	2024	2023
COFINS	(392.836)	(343.747)
PIS	(85.286)	(74.630)
Total das deduções	(478.122)	(418.377)

	2024	2023
Recarga Operacional Líquida	5.731.958	5.033.452

Além dos reajustes tarifários de 6,72% e 5,8% concedidos pela AGERSA a partir de setembro de 2023 e agosto de 2024 respectivamente, o aumento no número de ligações na ordem de 3,88% para os serviços de esgotamento sanitário e 2,45% para abastecimento de água, guardam em parte correlação com o aumento na receita operacional da Companhia.

27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2024	2023
Serviços de terceiros	(1.309.146)	(1.331.965)
Pessoal	(707.031)	(713.368)
Materiais	(367.122)	(537.112)
Amortização/Depreciação	(253.425)	(290.299)
Fundo Municipal de Saneamento	(42.426)	(30.133)
Outros	100.086	73.676
Custo dos serviços prestados	(2.579.064)	(2.629.201)
Custo de construção	(1.011.168)	(881.990)
Total dos Custos Operacionais	(3.590.232)	(3.511.191)

	2024	2023
Serviços de terceiros	(114.183)	(122.165)
Pessoal	(233.434)	(250.244)
Materiais	(1.893)	(5.652)
Amortização/Depreciação	(12.236)	(12.989)
Provisão para perdas em processos judiciais	39.686	105.083
Perdas em processos / Baixa em depósitos judiciais	(148.025)	(97.106)
Outras	(33.857)	3.520
Total das despesas gerais e administrativas	(503.942)	(379.553)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(61.411)	(33.840)

	2024	2023
Serviços de terceiros	(181.949)	(133.253)
Pessoal	(67.567)	(19.962)
Materiais	(509)	(48)
Depreciação	(257)	(56)
Provisão em contas a receber	(287.444)	(229.599)
Outras	(23.296)	1.642
Total das despesas comerciais	(561.022)	(260.653)

	2024	2023
Serviços de terceiros	(1.605.278)	(1.467.383)
Pessoal	(1.008.032)	(983.574)
Materiais	(369.524)	(342.812)
Amortização/Depreciação	(265.918)	(303.344)
Fundo Municipal de Saneamento	(42.426)	(30.133)
Custo de construção	(1.011.168)	(881.990)
Provisão para perdas em processos judiciais	39.686	105.083
Perdas em processos/Baixa em depósitos judiciais	(148.025)	(97.106)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(61.411)	(33.840)
Perdas em contas a receber	(287.444)	(228.976)
Outros	42.933	78.838
Total	(4.	



EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. – EMBASA
CNPJ: 13.504.675/0001-10

CAPITAL AUTORIZADO: R\$ 5.664.000.000,00
CAPITAL INTEGRALIZADO: R\$ 5.064.038.845,92

35. DESAPROPRIAÇÕES

Os compromissos mais representativos da Companhia com desapropriações ou servidões são decorrentes da execução de empreendimentos relacionados ao abastecimento de água e esgotamento sanitário necessários para o avanço da universalização da prestação de serviços. Os desembolsos totalizaram R\$7.668 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.076 em 2023).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À

Diretoria Executiva e Conselho de Administração da

Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA

Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Principal assunto de auditoria

Benefícios a empregados – Plano de saúde

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, a Companhia concede benefícios pós emprego de assistência à saúde para seus empregados, ativos, aposentados e aposentados por invalidez, o qual inclui plano de assistência médica e odontológica, através de licitação de operadoras de saúde. Estes benefícios são previstos em acordo coletivo do trabalho e mantidos por contribuições da Companhia e empregados ativos e aposentados. O plano de assistência odontológica não se estende aos aposentados. Este tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois:

(i) Trata-se de uma estimativa atuarial, com alto grau de julgamento profissional, associado ao processo de mensuração da obrigação atuarial da Companhia, que inclui a utilização de premissas altamente subjetivas e complexas tais como: taxas de juros de longo prazo, inflação, probabilidade de permanência no plano dos funcionários ativos, tábuas de mortalidade e invalidez.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- Entendimento dos critérios e premissas adotadas pelo atuário contratado pela Companhia para o cálculo do passivo atuarial;
- Teste de aderência da base de dados utilizadas pelo atuário para o cálculo do passivo atuarial;
- Avaliação pelo nosso especialista atuarial da consistência dos dados, razoabilidade dos critérios e premissas utilizadas na mensuração do passivo atuarial; e
- Avaliação da adequação das divulgações nas notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e as premissas utilizadas na determinação do passivo atuarial são adequados e as divulgações efetuadas pela Companhia são consistentes com as informações obtidas.

Principal assunto de auditoria

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de fornecimento de água e coleta de esgoto sanitário, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Este tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois:

- Existem critérios subjetivos para o reconhecimento de receita, em conformidade com o IFRS 15/CPC 47;
- Existem riscos de reconhecimento de receita fora de período de competência; e
- Existem critérios subjetivos para reconhecimento da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram:

- O entendimento sobre os principais controles internos utilizados pela Administração para prevenir ou detectar distorções no processo de reconhecimento de receita;
- Testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas dos serviços prestados e os respectivos recebimentos;
- Recálculo e verificação da razoabilidade dos critérios de constituição da PECLD – Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Recálculo de receita projetada; e
- Avaliação das divulgações em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração, reconhecimento e divulgação realizadas estão razoáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria executiva da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria executiva da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria executiva e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria executiva é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria executiva é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras que a diretoria executiva pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidades de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria executiva;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria executiva, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 28 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 BA 007894/F

Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC 1 BA 017715/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO - EMBASA, pela totalidade dos seus membros abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração, da proposta da Administração para Destinação do Resultado, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, da proposta para aumento do Capital Social da Companhia e, com base em análises efetuadas pela Administração, considerando ainda, o Relatório da BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda emitido sem ressalvas, datado de 28 de março de 2025, os Conselheiros Fiscais manifestam-se favoráveis à submissão das referidas Demonstrações Financeiras, bem como das propostas de Destinação dos Lucros Acumulados à Assembleia Geral dos Acionistas na forma apresentada pelo Conselho de Administração, tendo em vista a estrutura de capital e situação financeira da Companhia.

Salvador, 28 de março de 2025.

Cecília Pinheiro Souza

Ricardo José Costa Villeça

Manuela Senna Martinez

Giovana Leivas Craveiro

Leandro Moreira Souto

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o RELATÓRIO ANUAL E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APURADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva e considerando o Parecer dos Auditores Independentes, submetem os referidos documentos e propõem sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Salvador, 28 de março de 2025.

Carlos Palma de Mello
Presidente

Ronaldo Prado Almeida
Membro

Gildeone Almeida Santos
Membro

Patricia Saback Pacheco Startari de Oliveira
Membro

Welligton César Lima e Silva
Membro

Edmon Lopes Lucas
Membro

Lucas Araújo dos Reis
Membro

DIRETORIA EXECUTIVA

Gildeone Almeida Santos
Presidente

Diretor de Gestão Corporativa
Jazon Ferreira Primo Junior

Diretora de Operação da RMS
Joana da Costa Oliveira
Rolemberg Silva

Diretora de Empreendimentos
Christiano Bressy Dultra Barbosa

Diretora Financeira e Comercial
Marcela Passos Lima

Diretor de Operação do Interior
Vinicius Araújo Sousa

Diretor Técnico e de Planejamento
Clécio Costa Cruz

CONTADORES

Mônica Simone Pinheiro Telles Pita
Gerente da Unidade de Contabilidade e Tributos
CRC BA 018487/O-2

Ana Paula Nunes da Costa
Gerente Setorial da Contabilidade Societária
CRC BA 17484/O-6



Assinado Digitalmente por: EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130 - Em: 31/03/2025

Certificado emitido por: CN=AC DIGITALSIGN RFB G3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://atarde.com.br/validator-iti> caso deseje validar a assinatura!

763 relatorio-administracao-demonstracoes-financeiras-2024-standard

Código do documento: 763



-2.pdf

Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Registro de Eventos:

31 mar 2025, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 763

Criado por: Adriano Cardoso de Melo **Email:** adriano.cardoso@grupoatarde.com.br

DATE_ATOM: 2025-03-31T10:12:03-03:00

31 mar 2025, 10:12:03 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2025-03-31T10:12:03-03:00

31 mar 2025, 10:12:03 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

E-Mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Emissor do Certificado: CN=EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130,
OU=videoconferencia, OU=24479762000180, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, L=Salvador, S=BA, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2025-03-31T10:12:03-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 1023c673c5516213cd1b1a1a57a8e78d1a9d3683ed81b5e2773781b1d52dae6f

[SHA512]: 7bcf150af0d4c6ec3362bd946705afd36614563c10191dd387bcdd3094661c237a7bd2b5fd732da74eb87273a5f47c7bd1fbdf303539fff6983133685dcab0a

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3